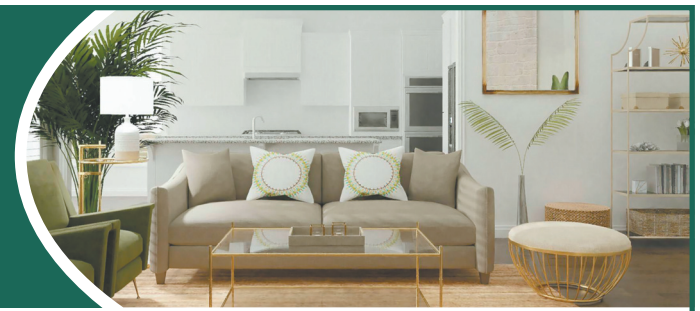


# Grupo Toky S.A.

(anteriormente denominada Moby S.A.)  
CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01  
NIRE 35.300.561.201



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2025

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>Ativo circulante</b>						<b>Passivo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	63	30.718	23.036	Fornecedores	14	15.022	23.665	184.995	234.195
Contas a receber	6	-	-	106.886	138.957	Risco sacado	14.1	-	-	39.895	6.640
Estoque	7	-	-	239.384	272.030	Salários e encargos sociais	15	3.544	1.561	50.829	65.135
Créditos diversos	8	131.728	160.267	22.365	33.454	Impostos a recolher	22	45	874	174.106	114.980
Depósitos e bloqueios judiciais	18	3	3	392	431	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	25.840	-
Impostos a recuperar	9	5.833	6.422	185.696	229.809	Adiantamentos de clientes	17	-	-	23.398	42.062
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>137.673</b>	<b>166.755</b>	<b>585.442</b>	<b>697.717</b>	Passivo de arrendamento	21	-	-	94.152	105.600
<b>Ativo não circulante</b>						Provisão para contingências a pagar	19	-	-	383	-
Investimentos	11	323.715	300.591	-	-	Outras contas a pagar	20	42	-	70.091	34.029
Outros Ativos Financeiros a valor justo		-	-	104.371	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.653</b>	<b>26.100</b>	<b>662.133</b>	<b>602.641</b>
Impostos a recuperar	9	-	-	140.075	159.234	<b>Passivo não circulante</b>					
Depósitos e bloqueios judiciais	18	-	-	85.764	87.494	Empréstimos e financiamentos	16	944	-	481.518	357.833
Créditos diversos	8	-	13	3.036	4.941	Provisão para perdas em investimentos	11	156.036	81.245	-	-
Outras Contas a Receber		-	-	4.734	4.738	Provisão para contingências	19	-	-	47.477	77.678
Partes Relacionadas	10	157.480	-	-	-	Impostos a recolher	22	150	-	31.771	12.838
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>481.195</b>	<b>300.604</b>	<b>337.980</b>	<b>256.407</b>	Dívidas com acionistas não controladores	23	-	-	78.041	256.825
Imobilizado	12	-	-	180.654	196.350	Passivo de arrendamento	21	-	-	212.568	354.319
Direito de uso	21	-	-	249.427	374.452	Outras contas a pagar	20	-	-	9.616	75.543
Intangível	13	-	-	480.789	506.098	Tributos Diferidos	2.4.2	-	-	89.017	99.677
<b>Total</b>				<b>910.870</b>	<b>1.076.900</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>157.130</b>	<b>81.245</b>	<b>950.008</b>	<b>1.234.713</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>481.195</b>	<b>300.604</b>	<b>1.248.850</b>	<b>1.333.307</b>	<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	24	1.239.302	1.085.945	1.239.302	1.085.945
						Reserva de capital		59.786	48.938	59.786	48.938
						Reserva de plano de opções de compra de ações		12.894	-	12.894	-
						Prejuízos acumulados		(868.897)	(774.872)	(868.897)	(774.872)
						<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>443.085</b>	<b>360.011</b>	<b>443.085</b>	<b>360.011</b>
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	(220.934)	-	(166.342)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>443.085</b>	<b>360.011</b>	<b>222.151</b>	<b>193.669</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>618.868</b>	<b>467.356</b>	<b>1.834.292</b>	<b>2.031.024</b>

Total do ativo **618.868** **467.356** **1.834.292** **2.031.024**  
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prejuízo do exercício</b>					
Outros resultados abrangentes					
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>
Resultado abrangente atribuível a sócios controladores		(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Resultado abrangente atribuível a sócios não controladores		-	-	(52.797)	(14.902)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.181)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>
<b>Ajustes para</b>					
Depreciação	12	-	-	46.148	31.583
Amortização	13	-	-	42.139	18.990
Depreciação - direito de uso	21	-	-	112.015	39.519
Amortização de mais Valia	-	13.317	14.049	-	14.049
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	-	22.036	-	101.414	6.624
Juros passivos de arrendamento	21	-	-	41.211	11.922
Juros sobre antecipação de recebíveis	28	-	-	48.378	15.076
Atualização monetária sobre contingências	-	-	-	-	5.728
Atualização monetária sobre empréstimos	-	-	-	-	1.214
Outras (receitas)/despesas financeiras	27	(21.837)	(677)	(31.488)	-
Provisões para contingências	19	-	-	(29.818)	13.327
Provisões	20	-	-	10.378	(1.848)
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	67.204	101.105	-	-
Resultado da alienação de imobilizado e intangível	27.b	-	-	6.594	(4.857)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	6	-	-	-	(328)
Provisão para realização dos estoques	-	-	-	-	6.909
Provisão para programa de incentivo a longo prazo	10.1	1.499	3.546	(1.528)	3.546
Impostos Diferidos		(6.513)	-	(10.660)	-
Baixa Líquida de arrendamento		-	-	(20.566)	-
Outros		63	-	(3.260)	-
<b>Variação nos ativos operacionais</b>					
Contas a receber		-	-	32.073	(25.388)
Estoque		-	-	32.646	(2.318)
Créditos diversos e impostos a recuperar	18	-	-	1.769	(588)
Partes relacionadas		29.141	(2.867)	(73.574)	21.272
<b>Variação nos passivos operacionais</b>					
Fornecedores e outras contas a pagar		(8.601)	12.378	10.359	3.036
Salários e encargos sociais e impostos a recolher		1.304	(161)	63.753	(20.716)
Adiantamentos de clientes		-	-	(10.114)	(787)
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>46</b>	<b>(21.808)</b>	<b>220.983</b>	<b>(28.116)</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	(2.533)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	21	-	-	(52.665)	(11.874)
Pagamento de juros de antecipação de recebíveis	28	-	-	(48.378)	(8.482)
Outros juros pagos	28	-	(44)	-	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>46</b>	<b>(21.852)</b>	<b>119.940</b>	<b>(51.005)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Juros de aplicações financeiras	28	-	715	-	-
Efeito do caixa na aquisição de controlada	-	-	-	-	20.754
Recursos provenientes da alienação de ativo imobilizado	27	-	-	-	-
Investimento FIDC	-	-	-	34.000	-
Aquisição do ativo imobilizado	12	-	-	(48.629)	(12.255)
Aquisição do ativo intangível	13	-	-	(19.390)	(15.234)
Aquisição do direito de uso	-	-	-	(2.509)	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>			<b>715</b>	<b>(36.528)</b>	<b>(6.735)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Antecipação de recebíveis		-	-	25.840	-
Captação de empréstimos	16	-	-	-	26.843
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	(60.295)
Pagamento de passivo de arrendamento	21	-	-	(101.570)	(38.404)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>				<b>(75.730)</b>	<b>(71.856)</b>
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46</b>	<b>(21.137)</b>	<b>7.682</b>	<b>(129.596)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	63	21.200	23.036	152.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	109	63	30.718	23.036
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46</b>	<b>(21.137)</b>	<b>7.682</b>	<b>(129.596)</b>
<b>Transações que não afetaram caixa</b>					
Baixa plano de recuperação extrajudicial		-	-	(357.833)	-
Baixa dívida com acionistas não controladores		-	-	(186.868)	-
Baixa outras dívidas/outras contas a pagar		-	-	(65.032)	-
Permuta de ações na aquisição da Tokstok		-	(34.617)	-	-
Emissão de debêntures públicas		-	-	477.567	-
Emissão de debêntures privadas		-	-	132.165	-
Transferência de adiantamentos para patrimônio líquido (custos com emissões de novas ações)		-	100	-	-
Creditos Diversos (subarrendamentos)	21	-	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	25.a	-	-	1.445.029	811.197
Custo dos produtos vendidos	25.b	-	-	(686.323)	(436.712)
<b>Lucro bruto</b>				<b>758.706</b>	<b>374.485</b>
Despesas comerciais	26.a	(35)	-	(600.974)	(326.749)
Despesas gerais e administrativas	26.b	(25.388)	(10.505)	(164.773)	(114.632)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(67.204)	(101.105)	-	-
Perda de crédito esperada	-	-	-	(1.583)	(1.420)
Outras receitas operacionais	27.a	-	-	33.010	33.240
Outras despesas operacionais	27.b	(8.618)	(38.242)	(18.228)	(62.875)
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>		<b>(101.245)</b>	<b>(149.852)</b>	<b>(752.548)</b>	<b>(492.436)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(101.245)</b>	<b>(149.852)</b>	<b>6.158</b>	<b>(117.951)</b>
Despesas financeiras	28	(22.149)	(44)	(242.045)	(75.194)
Receitas financeiras	28	22.792	717	78.345	29.064
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>643</b>	<b>673</b>	<b>(163.700)</b>	<b>(46.130)</b>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(100.602)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(157.542)</b>	<b>(164.081)</b>
IR/CS Diferidos	-	6.513	-	10.656	-
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(94.089)</b>	<b>(149.179)</b>	<b>(146.886)</b>	<b>(164.081)</b>
Prejuízo atribuível a sócios controladores	-	(94.089)	(149.179)	(94.089)	(149.179)
Prejuízo atribuível a sócios não controladores	-	-	-	(52.797)	(14.902)
Básico	-	(0,7119)	(1,3924)	(0,7119)	(1,5314)
Diluído	-	(0,4906)	(1,3924)	(0,4906)	(1,5314)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>		<b>1.085.845</b>	<b>-</b>	<b>10.875</b>	<b>(625.693)</b>	<b>471.027</b>	<b>-</b>	<b>471.027</b>
Transações de pagamento baseado em ações	10.1	-	-	3.546	-	3.546	-	3.546
Aquisição de controlada	2.4	100	34.517	-	34.617	178.626	(151.440)	(116.823)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(149.179)	(149.179)	(14.902)	(164.081)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>1.085.945</b>	<b>34.517</b>	<b>14.421</b>	<b>(774.872)</b>	<b>360.011</b> </		

... continuação

**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)**

atua com 64 lojas próprias e 5 centros de distribuição, 67 lojas próprias e 6 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2024) dos quais 4 que estão localizadas na região sudeste e 1 na região sul. O Grupo vende principalmente através de suas lojas físicas, de seus websites [www.mobly.com.br](http://www.mobly.com.br), [www.tokystok.com.br](http://www.tokystok.com.br) e [www.guldi.com.br](http://www.guldi.com.br), de websites de terceiros (marketplaces) e faz parte de suas atividades operacionais a intermediação de serviços, como a Assistência Técnica, Montagem, Garantia Estendida e Mobly Decora (detalhado na Nota Explicativa nº 13) por meio de parcerias.

**2 Base de preparação das demonstrações contábeis**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 31 de março de 2026. Em reunião realizada em 31 de março de 2026, o Conselho de Administração analisou e recomendou a divulgação destas demonstrações contábeis. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentados na Nota Explicativa nº 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**2.2. Continuidade operacional:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 o Grupo reconheceu prejuízo líquido de R\$ 146.866 (consolidado) (prejuízo de R\$ 164.081 em 2024), fortemente influenciado pelo custo da dívida do Plano de Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok, e apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 76.691 (consolidado) (positivo em R\$ 106.659 em 31 de dezembro de 2024). No mesmo período houve geração de caixa líquida em atividades operacionais de R\$ 119.940 em 2025 (R\$ 51.005 de consumo de caixa líquida nas atividades operacionais em 2024), refletindo os impactos das iniciativas de redução de custos e sinergias da combinação de negócios, detalhadas adiante. Além disso, o Grupo avançou na redução da alavancagem consolidada e melhoria da sua estrutura de capital através da recompra das debêntures Toky e parte das debêntures Tok&Stok, que reduziu o endividamento bruto do grupo em cerca de 32%, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3. A administração entende que foram implementadas ações concretas e estruturadas que contribuíram para o equilíbrio da estrutura de capital e do fluxo de caixa da Companhia, permitindo a manutenção de recursos adequados para a continuidade de suas operações no curto prazo. Sem prejuízo do reconhecimento da existência de incertezas relacionadas à implementação integral de seu plano de negócios e a fatores macroeconômicos e setoriais fora de seu controle, entende que, com base nas medidas já implementadas e em andamento, bem como no desempenho recente observado, existem fundamentos suficientes para a adoção do pressuposto de continuidade operacional. Nesse contexto, a premissa de continuidade operacional foi considerada apropriada para a preparação das demonstrações contábeis. Dentre essas ações, destacam-se:

- A combinação de negócios com a Tok&Stok, com o objetivo de ganho de escala, diluição de custos fixos e aumento da margem operacional;
- A reestruturação do endividamento financeiro da Tok&Stok, que resultou em alongamento de prazos e carência no serviço da dívida;
- A implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez. A administração entende que as incertezas inerentes quanto à concretização de seu plano de negócios vêm sendo reduzidas ao longo do tempo, à medida que as sinergias operacionais relevantes venham a ser capturadas, as quais em combinação com as iniciativas a seguir, suportam a continuidade das operações do Grupo no horizonte avaliado pela administração. Sinergia operacional: A aquisição da Tok&Stok, formalizada em novembro de 2024, representa um pilar fundamental do plano de transformação da Companhia. A operação viabiliza a captura de sinergias operacionais relevantes, com impacto estimado positivo sobre margens, estrutura de capital e fluxo de caixa nos exercícios seguintes. As principais melhorias esperadas envolvem:
  - Redução de despesas gerais e administrativas, por meio da integração de estruturas e racionalização de processos;
  - Aproveitamento de escala nas compras, com consequente melhoria de margem bruta;
  - Otimização da estrutura logística e de distribuição, mediante consolidação de centros de distribuição e rotas;
  - Integração comercial entre canais das marcas Mobly e Tok&Stok (cross-selling e expansão do marketplace);
  - Simplificação e eficiência tributária, via aproveitamento de estruturas regionais e redesenho operacional. Essas sinergias foram dimensionadas com base em estudo técnico elaborado por consultoria independente e fazem parte das projeções futuras da administração.

**Preservação da liquidez e do caixa da Companhia:** A Companhia tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo:

- Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento;
- Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros;
- Revisão de investimentos e despesas operacionais;
- Gestão diária do fluxo de caixa, com foco em equilíbrio operacional no curto prazo. O objetivo da administração é manter um nível de caixa operacional suficiente para garantir a continuidade das atividades, com base no cenário projetado e considerando os eventos subsequentes à data-base. Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, já haviam sido capturadas sinergias relevantes. **Revisão do sortimento de estoques:** Durante o exercício de 2024 foi iniciada uma revisão estratégica do sortimento de produtos e estoques, que se estendeu para 2025 após a fusão das marcas, com o objetivo de:
  - Descontinuação de itens com baixa rotatividade ou margem reduzida;
  - Ações promocionais focadas na liquidez de estoque e ocupação inteligente de espaços;
  - Redefinição do cronograma de compras e reposições, com foco em eficiência logística e capital de giro;
  - Reorganização das lojas para reforçar a presença da marca e aprimorar a experiência do consumidor.

**Reestruturação do endividamento e Recuperação Extrajudicial da Tok&Stok:** No contexto da reestruturação financeira, a subsidiária Tok&Stok assinou com os principais credores, em agosto de 2024, Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), homologado judicialmente em novembro de 2024, contemplando:

- Renegociação de dívida no valor aproximado de R\$ 641.624 (entre dívidas bancárias e não-bancárias), com extensão de prazos e carência para pagamento de juros e principal;
- Possibilidade de capitalização parcial de créditos, conforme termos e condições estabelecidos no plano. A emissão de debêntures não conversíveis, como parte do PRE da Tok&Stok, está detalhada na Nota Explicativa nº 15. As premissas utilizadas estão ancoradas em:
  - Histórico operacional da Companhia e da Tok&Stok;
  - Estudo técnico de sinergias da combinação com a Tok&Stok;
  - Condições vigentes dos contratos de dívida e estrutura de capital;
  - Ações em andamento para racionalização de estrutura e recomposição de margem. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional com base nas medidas acima mencionadas. A administração compreende que o plano de continuidade está sujeito a incertezas e fatores fora do controle da administração, mas que, com base na implementação das medidas acima mencionadas, nos resultados apresentados e nas sinergias capturadas, a administração entende que a adoção do pressuposto de continuidade operacional é adequada para a preparação das demonstrações contábeis.

**2.3. Relação de entidades controladas:** Segue abaixo lista das controladas do grupo:

Participação acionária – %	31/12/2025		31/12/2024	
Mobly Comércio Varejista Ltda.	100%	100%	100%	100%
Mobly Hub Transportadora Ltda.	100%	100%	100%	100%
Mobly Tech Ltda.	100%	100%	100%	100%
Mobly Atacadista Ltda.	100%	100%	100%	100%
Estok Comércio e Representações S.A.	61,1%	61,1%	61,1%	61,1%
Estok Distribuidora e Serviço S.A. – indireta	61,1%	61,1%	61,1%	61,1%
Estok Comercio Atacadista	61,1%	61,1%	61,1%	61,1%

Os percentuais acima consideram o total detido pelo grupo. Por questões societárias é necessário que uma controlada tenha uma participação minoritária de outra controlada para compor Sociedade, entretanto a totalidade das participações pertence ao grupo. **Mobly Comércio Varejista Ltda. (“Varejista”):** A controlada Mobly Comércio Varejista Ltda., que iniciou suas operações em novembro de 2011, está envolvida principalmente no setor varejista de móveis, artigos de decoração e utilidades domésticas, voltada para transações de venda via Internet diretamente com o consumidor (B2C) e indiretamente com o intermediário de empresas parceiras (B2B). **Mobly Hub Transportadora Ltda. (“Hub”):** A Mobly Hub Transportadora Ltda. (“Transportadora”) tem como objeto social a exploração de atividades relacionadas à logística de móveis para terceiros. **Mobly Tech Ltda. (“Tech”):** A Mobly Tech tem como objeto social o desenvolvimento de software e prestação de serviços de tecnologia da informação para terceiros. **Mobly Atacadista Ltda. (“Atacadista”):** A Mobly Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados. **Estok Comércio e Representações S.A. (“Tok&Stok”):** A controlada Estok Comércio e Representações S.A. tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração, voltada principalmente para transações de venda em lojas físicas diretamente com o consumidor (B2C). **Estok Distribuidora e Serviço S.A. – indireta (“Tok&Stok”):** A controlada Estok Distribuidora e Serviço S.A. atua preponderantemente como comércio e varejo de móveis, utensílios e decoração. Esta empresa é a utilizada para vendas de produtos através das lojas e site da marca Tok&Stok. **Estok Comercio Atacadista. (“Tok&Stok”):** A Estok Atacadista tem como objeto social a venda de produtos para revendedores e clientes finais que compram em grandes quantidades, oferecendo preços diferenciados.

**2.4. Aquisição de Controladas:** **2.4.1. Aquisição Tok&Stok:** Em 11 de novembro de 2024, o Grupo obteve o controle da Estok Comércio e Representações, marca consolidada com tradição e forte reconhecimento no setor de móveis, com ampla rede de lojas físicas e presença no comércio eletrônico. A participação correspondeu à aquisição de 61,1% da Tok&Stok por meio da incorporação das ações no seu patrimônio, utilizando uma relação de troca preestabelecida, como segue:

- As ações da Tok&Stok são incorporadas ao patrimônio líquido da Mobly conforme Contribution Agreement, estabelecendo uma relação de troca (0,098789 ação da Mobly para cada ação da Tok&Stok) acrescida de bônus de subscrição.
- Aumento de Capital: Emissão de novas ações – com prazos distintos de lock-up (24 meses para as ações da troca e 6 meses para as originadas de bônus) – a fim de garantir o direito de preferência dos acionistas e a correta absorção da operação.
- Debêntures Conversíveis: Parte da contraprestação é realizada via emissão de debêntures conversíveis, que poderão ser convertidas em ações da Mobly conforme condições contratuais. Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Tok&Stok estão incluídos como principais inputs (marca, softwares e ativo imobilizado onde destacam-se as benfeitorias, instalações, estoques e relacionamentos com clientes), processos de lojas e força de trabalho organizada. O Grupo determinou que, juntos, os inputs e processos adquiridos contribuíram significativamente para a capacidade de gerar receita (outputs). O Grupo concluiu que o conjunto adquirido é um negócio. A aquisição de controle da Tok&Stok permitirá ao

Grupo o acesso a uma marca reconhecida e consolidada no setor de móveis, a possibilidade de gerar sinergias operacionais significativas – desde a otimização da logística até a integração dos canais de venda e a modernização dos processos internos. A estrutura da operação, que envolve a emissão de novas ações, debêntures conversíveis e mecanismos de lock-up, foi cuidadosamente elaborada para alinhar os interesses dos acionistas e garantir a estabilidade do mercado no pós-closing. Nos dois últimos meses do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Estok Comercio e Representações contribuiu com uma receita de R\$210.954 e prejuízo de R\$55.164 às demonstrações contábeis consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2024, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$1.634.418 e o prejuízo líquido combinado seria de R\$353.570. **2.4.2. Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida foi calculada utilizando o valor justo das ações emitidas pela Companhia na data da transação. A Companhia contratou consultores externos para uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos. A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

Descrição	Referência	Data Transação	Metodologia de avaliação	Valor Justo
Relação de Troca de ações Tok&Stok e Mobly	Relação de troca	Closing	Valor justo (PL contábil do aumento de capital)	31.733
Bônus de subscrição de 0,555556 ações Mobly por ações Mobly recebida na relação de troca a um preço de exercício de R\$9,00	Ações Mobly – Bônus de subscrição	Exercível entre 2 e 5 anos após a data do closing	Árvore Binomial	2.884
Debêntures conversíveis em ações Mobly a qualquer momento, com o intuito de contribuir com o saldo de mútuo que a SPX concedeu a Tok&Stok.	Debênture Conversível	No vencimento em 2035 ou a qualquer momento pela Mobly a depender de condições	Relação fixa de conversão de saldo de debêntures em ações Mobly	-
<b>Total</b>				<b>34.617</b>

**2.4.3. Custos de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$31.500, sendo R\$24.327 na controladora, referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Além disso, há os honorários advocatícios, custos de sinergia iniciais e os custos de due diligence foram registrados como “Gastos extraordinários” na nota explicativa nº 27 na demonstração de resultado. **2.4.4. Ativos identificáveis e avaliados a valor justo:** A tabela abaixo resume os valores dos ativos identificáveis e avaliados a valor justo:

Ativo	Valor contábil	Valor Mais-valor Justo	Mais-valor [100%]	Mais-valor [61,11%]	Vida útil remanescente	Metodologia de avaliação
Imobilizado e intangível	174.611	207.692	33.081	20.216	-	Abordagem de custo
Estoque	189.121	218.619	29.498	18.026	N/A	Abordagem de custo
Marca	0,2	121.692	121.692	74.366	21,2	Royalty Relief
<b>Total</b>	<b>363.732</b>	<b>548.003</b>	<b>184.271</b>	<b>112.608</b>		

\*Excluídos intangíveis em andamento no montante de R\$18.238

Caixa e equivalentes de Caixa	Tok&Stok	
	Ajuste em 31/10/2024	valor justo em 31/10/2024
Caixa e equivalentes de Caixa	20.754	20.754
Contas a receber	30.514	30.514
Estoques	189.123	218.621
Créditos Diversos	12.653	12.653
Depósitos e bloqueios judiciais	12.669	12.669
Impostos a recuperar	262.423	262.423
Imobilizado	123.760	33.081
Intangível	69.088	121.692
Direito de uso	284.714	284.714
<b>Total ativos adquiridos</b>	<b>1.005.697</b>	<b>184.271</b>
Fornecedores	165.743	165.743
Salários e encargos sociais	52.998	52.998
Impostos a recolher	143.196	143.196
Empréstimos e financiamentos	349.937	349.937
Adiantamentos de clientes	27.277	27.277
Passivo de arrendamento	346.681	346.681
Outras contas a pagar	99.231	99.231
Provisão para contingências	45.685	45.685
Tributos diferidos	55.821	43.856
Dívidas com acionistas não controladores	248.946	248.946
<b>Total dos Passivos Assumidos</b>	<b>1.535.517</b>	<b>43.856</b>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquido</b>	<b>(529.820)</b>	<b>140.415</b>
Atribuído a controladores	(323.773)	85.807
Atribuído a não controladores	(206.047)	54.607

**i) Mensuração de valor justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Estoques	A metodologia envolveu a aplicação de uma abordagem de custo histórico, complementada pela atualização do valor de aquisição com base em índices inflacionários.
Ativos fixos (Ex: imóveis, móveis e equipamentos)	Taxas de financiamento a ativos similares para participantes de mercado (ex. condições gerais de financiamento oferecidas pelo fornecedor) ou taxas implícitas por leasing operacional, leasing financeiro ou ambos, normalmente segregada entre o return on (recaptação do investimento) e return of.
Outros Intangíveis incluindo tecnologia de base	Taxas adequadas ao risco do intangível a ser analisado. Quando as provas do mercado estiverem disponíveis, elas devem ser usadas. Em outros casos, as taxas devem ser consistentes com o risco relativo de outros ativos na análise, e devem ser maiores para ativos mais arriscados.

**2.4.5. Ágio**

Contraprestação transferida 34.617  
 61,1% dos ativos líquidos da adquirida antes dos ajustes a valor justo (323.773)  
**Total 358.390**  
 61,1% da mais valia sobre ativo fixo (20.216)  
 61,1% da mais valia sobre estoque (18.026)  
 61,1% da mais valia sobre marca (74.366)  
 61,1% do IR diferido sob mais valia, líquido (26.801)  
**Ágio por rentabilidade futura (goodwill) 272.583**  
 O ágio é atribuído principalmente às sinergias identificadas no estudo realizado por consultores externos, na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. A realização e amortização das mais valias a valor justo no período:

Mais valias a valor justo	Estoque	Imobilizado	Marca	Total
Realização mais valia no período (6.890)	29.498	33.081	121.692	184.271
Amortização (7.159)	(6.890)	(7.159)	(7.159)	(21.208)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>22.608</b>	<b>25.922</b>	<b>121.692</b>	<b>170.222</b>

**2.5. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto por determinados ativos e passivos que são mensurados por outros critérios, como valor justo, custo amortizado ou valor presente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua classificação, podendo ser avaliados pelo custo amortizado ou ao valor justo, conforme detalhado nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente, ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15. **2.6. Moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. **2.7. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças decorrentes da liquidação dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos monetários, são reconhecidas no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras. **2.8. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto, a partir do lucro líquido do exercício. Os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento são classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento, enquanto os juros recebidos são classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento, de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

**2.9. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reconhecidos dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme requerido pelos pronunciamentos contábeis aplicáveis. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos relevantes realizados pela administração na aplicação das políticas contábeis, que possuem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 2.2 – Continuidade operacional:** avaliação da capacidade do Grupo de manter suas operações em funcionamento no curso normal dos negócios; **• Nota explicativa nos 12 e 13 – Testes de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros, incluindo identificação de unidades geradoras de caixa e definição de premissas;** **• Nota explicativa nº 13 – Definição das taxas de amortização e vidas úteis dos ativos intangíveis;** **• Nota explicativa nº 19 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;** **• Nota explicativa nº 21 – Determinação do prazo dos contratos de arrendamento, incluindo a avaliação da razoável certeza de exercício de opções de renovação;** **• Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que apresentam um risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 7 – Provisões de Estoque: Determinação do valor líquido realizável de estoque e provisão para retorno de mercadorias;** **• Nota explicativa nº 21 – Definição da taxa de desconto utilizada na mensuração dos passivos de arrendamento, conforme o CPC 06 (R2)/IFRS 16;** **2.10. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na

classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: **• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade;** **• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;** **• Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;** **• É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.** Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: **• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;** **• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;** **• Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;** **• A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.** A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.11. Reclasseificações:** O Grupo, nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificou oportunidade de melhoria e reclassificou determinados passivos para o período comparativo de 2024 visando manter a comparabilidade entre os períodos apresentados. Adicionalmente, o Grupo aperfeiçoou o mapeamento das Notas Explicativas no 13 – Fornecedores, no 16 – Adiantamentos de Clientes, o que resultou em ajustes na forma de apresentação dos saldos divulgados em 31 de dezembro de 2024. Ressalta-se que tais reclasseificações não alteraram os valores totais dos grupos de contas, limitando-se à redistribuição entre linhas específicas para melhor refletir a natureza das operações. As reclasseificações efetuadas não acarretaram impactos de natureza quantitativa ou qualitativa que justificassem a reapresentação das demonstrações contábeis anteriormente publicadas, permanecendo inalteradas a posição patrimonial, o desempenho econômico-financeiro e os fluxos de caixa divulgados em exercícios anteriores.

**3 Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação contrária. **3.1. Base de consolidação: i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output. O Grupo tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existent. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação. **ii) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das entidades controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. **iii) Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia optou por mensurar, inicialmente, as participações de acionistas não controladores com base na sua fração proporcional dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida na data da combinação de negócios. Alterações posteriores na participação do Grupo em subsidiárias que não resultem em perda de controle são tratadas como transações com proprietários na sua condição de tal, sendo, portanto, reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício.

**iv) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial referem-se às participações em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Considera-se coligada a entidade na qual o Grupo, direta ou indiretamente, exerce influência significativa, sem, contudo, deter controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. Já os empreendimentos controlados em conjunto são caracterizados por um acordo contratual que confere às partes controle compartilhado e direito sobre os ativos líquidos da entidade, e não sobre ativos ou passivos específicos. Esses investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil é ajustado para refletir a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos da investida, bem como nos outros resultados abrangentes, até a data em que cesse a influência significativa ou o controle conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas também são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos. A lista de controladas está incluída na Nota Explicativa nº 2.3. **v) Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclasseificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclasseificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são rativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **• As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.** Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

### Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)

nados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anuais, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins desta avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a JUR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são mensurados contabilmente pelo valor justo na data de contratação e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado em que a diferença no momento da designação entre o valor contábil e o valor justo deve ser reconhecida no resultado, obedecendo o regime de competência e a norma internacional IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48). O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante, depende, nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting), da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. Nesse caso, a empresa protege o passivo financeiro referente aos empréstimos por meio da adoção do Hedge Cambial com contratos de mercado futuro. Para gestão de risco de variação cambial e de taxas de juros, o Grupo contratou instrumentos derivativos NDF ("non deliverable forward"). A modalidade NDF compreende a proteção contra a variação cambial em que a empresa garante uma taxa de câmbio futura para a moeda base do contrato. O grupo liquidou os seis empréstimos da operação 4131 no decorrer do ano de 2024, nesse modelo de hedge. A variação cambial considerada nessas operações é apurada a partir do dólar/euro spot da contratação no dia da efetivação do negócio e da PTAX venda (D-1), divulgada pelo BACEN do dia do vencimento. Nos swaps que envolvem o hedge da variação cambial, negocia-se o cupom. O cupom é negociado a uma taxa linear (juros simples) com base de 360 dias (ano corrido). Já a taxa pré é negociada de forma exponencial, também com base de 360 dias corridos. O CDI é negociado em % (percentual) e é correlacionado com a taxa pré, de acordo com a curva de juros para o período. **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos em contas bancárias de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **e) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original do faturamento, deduzida a provisão para perdas de créditos esperadas. A Administração entende que o valor está apresentado ao valor de realização. A provisão de perdas de créditos esperada é estabelecida quando existe uma evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor estimado da perda de crédito esperada pode ser modificado em função das expectativas da Administração em relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. **f) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O valor realizável líquido é o preço de venda líquido de impostos estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas com vendas. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação. As provisões para perdas nos estoques são constituídas conforme procedimentos estabelecidos pela Administração, para maiores detalhes verificar Nota Explicativa nº 7. Verba de Propaganda Cooperada – refere-se a rebates (porcentagem do valor de compras realizadas junto a fornecedores que se comprometeram com descontos em função do volume comprado) contratuais recebidos de fornecedores de Mercadorias de Revenda incidentes sobre todas as compras realizadas no exercício. Cada fornecedor possui um contrato e para cada contrato é negociada uma taxa de rebate gerada sobre o montante de compras do mês. Os rebates são reconhecidos como reduções do custo e são reconhecidos como reduções de custo mensal. Conforme exposto na Nota Explicativa nº 2.4.4, os estoques da controlada Tok&Stok foram avaliados a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 29.498 (R\$ 18,20% ponderada pela participação societária atribuído aos controladores). **g) Imobilizado: i) Reconhecimento e Mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Conforme exposto na Nota Explicativa nº 2.4.4, o ativo fixo da controlada Tok&Stok foi avaliado a valor justo em 31 de outubro de 2024, chegando em uma mais-valia de R\$ 33.081 (R\$ 20,216 ponderada pela participação societária atribuído a controladores). **ii) Custos Subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Ter-

renos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do Grupo são as seguintes: Móveis e utensílios 10 anos Benfeitorias 5 a 10 anos Máquinas, equipamentos e ferramentas 10 anos Estruturas 5 anos Veículos 5 anos Equipamentos de informática e comunicação 5 anos Equipamentos de telefonia 5 anos Paletes 3 anos Um item imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **h) Provisão para Redução do Valor Recuperável (Impairment): Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado, caso aplicável. **Ativos financeiros:** O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível. Ao reavaliar um ativo, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço adicional. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo e na avaliação de crédito informada. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **i) Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. **ii) Tributos: i) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e geram receita tributável. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **ii) Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto: • Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos temporariamente em extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando: • Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (leis tributárias) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **iii) Tributos sobre vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído em um componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **k) Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia mantém saldos e compromissos "confirming" (operações de risco-sacado), decorrente de transações da Companhia e seus fornecedores de produtos para revenda, para atender aos interesses mútuos no que tange a liquidez e gestão de capital. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Essa transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. **l) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos; • Despesa de juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ajuste a valor presente (calculado pelas receitas de revenda e correspondentes custos das mercadorias vendidas, utilizando a taxa SELIC); A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa de juros efetiva. O Grupo classifica os juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **m) Ativos Intangíveis e ágio: Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São gastos de desenvolvimento de plataforma e-commerce (desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os custos com marcas e patentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível do Grupo são as seguintes:

Softwares – Gerados internamente	3 a 7 anos
Decorado	3 anos
Softwares- adquiridos de terceiros	5 anos

**n) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar o final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **i) Provisão de estoque:** • Baixo giro – a provisão abrange todo o estoque do Grupo, e aplica um percentual de perda de acordo com a sua última movimentação. • Obsolescência – é aplicado um range de provisão a todos os itens de estoque com avarias, estas avarias são classificadas de acordo com o grau de recuperabilidade na venda do bem. • Perda de inventário – para formular esta provisão é utilizada a base histórica de acordo com o volume transitado nos inventários do Grupo. • Provisão de estoque em retorno – quando há uma devolução de mercadoria, durante o transporte do item do cliente até o centro de distribuição há um risco de avaria, com base em dados históricos é constituída uma provisão para todos os itens nessa condição. • Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques – custo por redução ao valor recuperável. Avaliação de margem negativa de realizações dos estoques sendo líquida de impostos, custos e despesas comerciais, na data base de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Para todos os itens que tiverem margem negativa foi constituída provisão. **o) Acordo de Risco Sacado:** Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Grupo estabeleceu contratos de risco sacado com diferentes instituições financeiras, por iniciativa exclusiva de determinados fornecedores, mantendo inalteradas as condições comerciais originalmente definidas (prazos de pagamento e preços negociados). Nesse contexto, a operação de risco sacado refere-se à negociação do grupo Toky com fornecedores para aquisição de bens ou serviços, com prazos de pagamento previamente acordados (90 ou 120 dias). Os valores são registrados no financeiro como títulos a pagar, conforme os vencimentos contratuais. A solicitação de antecipação pelo fornecedor se dá por necessidade de capital de giro na qual solicita ao grupo Toky a antecipação do pagamento de uma ou mais faturas. Com isso, a Toky consulta os bancos parceiros para obter a melhor taxa de antecipação para o fornecedor, após fechar a negociação com o banco, a antecipação é autorizada. O pagamento antecipado é efetuado pelo banco para o fornecedor já deduzindo a taxa de antecipação acordada. A manutenção do prazo e pagamento final é mantida, sem alavancagem, então no vencimento do título a Toky pagará ao banco o valor integral da nota fiscal sem alterações no custo original da mercadoria comprada. O pagamento ao banco ocorre exatamente como se estivesse pagando ao fornecedor. No momento do pagamento ao banco a conta contábil do título é reclassificada saindo do grupo de "fornecedores" para a conta específica de "risco sacado", permitindo um melhor controle financeiro e visibilidade nas demonstrações contábeis. Em resumo, o vencimento original do título é preservado, sem reconhecimento de novas dívidas, sendo os custos financeiros da antecipação (juros e encargos) arcados pelo fornecedor, então para a Toky não há alteração no fluxo operacional. **p) Receitas:** As receitas são reconhecidas à medida que as obrigações de desempenho são satisfetas, operacionalizado por um modelo de cinco passos: (1) identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. **i) Principais fontes de Receitas: Receita de Revenda de Mercadoria Webshop (Venda no site):** A receita de vendas de produtos Webshop surge da venda online por meio dos sites Mobly.com.br e Tokstok.com.br, e apresenta o maior volume da receita do Grupo. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue ao cliente. Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a receita é reconhecida na medida em que é altamente provável que não ocorra uma reversão material no valor da receita acumulada reconhecida. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado pelos retornos esperados, que são estimados com base em dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de reembolso e um direito de recuperar ativos de mercadorias devolvidas são reconhecidos. O Grupo reconhece a receita de vendas de produtos em uma base bruta, uma vez que atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir os pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços dos seus produtos. **Receita de Revenda Mercadoria (Loja Física):** A receita de vendas de produtos off-line surge de compras efetuadas diretamente nas lojas físicas do Grupo com a modalidade de vendas diretas com retirada mediada ou com entrega posterior. A receita é reconhecida quando a mercadoria é entregue e/ou aceita pelos clientes. Assim como nas categorias acima o Grupo atua como principal e tem a responsabilidade pela entrega dos seus produtos. **Receita de Revenda Marketplace: O** Grupo realiza vendas de seus produtos em sites de terceiros, (Magazine Luiza, B2w, Via Varejo, Mercado Livre, Amazon, Carrefour, Leroy Merlin, Casa & Cia). Assim como a receita de venda de produtos webshop, o Grupo reconhece a receita de venda de produtos por meio de marketplace quando a propriedade do produto é transferida para o cliente. O Grupo atua como principal e como tal, tem a responsabilidade primária de cumprir a entrega dos pedidos, arcar com o risco de estoque e tem discricão em estabelecer preços. **Receita de Serviços:** O Grupo gera receita a partir de site próprio por meio de comissão quando terceiros vendem seus produtos na plataforma. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida, porque atua como agente e não tem a responsabilidade primária pelo cumprimento dos pedidos, não assume o risco de estoque ou tem discricão em estabelecimento de preços. O Grupo também gera receita com prestação indireta de serviços de transportes por meio de contratação e subcontratação. O Grupo reconhece a receita em uma base líquida porque atua como agente e contrata outros transportadores para execução do serviço, e eles são responsáveis pela entrega das cargas ou ressarcimento em casos de extravios, avarias total e parcial. **q) Imposto de renda e contribuição social correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação. O Grupo não constitui ativos fiscais diferidos, pois não é provável a existência de lucros tributáveis no curto prazo para que o Grupo possa utilizar seus benefícios. **r) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pelo Grupo decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **s) Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões do Grupo, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho, é a diretoria do Grupo. Com base na estrutura de gestão e no processo de tomada de decisão, a Administração concluiu que o Grupo como um único segmento operacional e reportável. O desempenho do Grupo é avaliado de forma consolidada, sendo que a informação desagregada é monitorada internamente apenas ao nível de receita, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 30. Não há análise interna recorrente de margens ou resultados por segmento. As informações relativas à receita, aos resultados e aos ativos do segmento reportável podem ser verificadas diretamente nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas neste conjunto de demonstrações contábeis. **Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a sua contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)**

contrato. No caso de subarrendamentos, em que o Grupo subarrenda ativos tomados em arrendamento, o Grupo atua como arrendador intermediário. A classificação do subarrendamento como financeiro ou operacional é realizada com base no ativo de direito de uso associado ao arrendamento principal, conforme o CPC 06 (R2). Os subarrendamentos classificados como operacionais resultam no reconhecimento linear das receitas ao longo do prazo contratual, mantendo-se o reconhecimento e a depreciação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento do contrato principal.

**4 Novas práticas contábeis**

**Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em, ou a partir de 1º de janeiro de 2025:** A Administração adotou, a partir de 1º de janeiro de 2025, os pronunciamentos novos ou revisados emitidos pelo IASB e pelos órgãos reguladores locais aplicáveis à Companhia. A adoção dessas normas não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dentre os pronunciamentos adotados no período, destaca-se: **Alterações na IAS 21/NBC TG 02 (R3):** Efeito das mudanças nas taxas de câmbio – introduzindo requisitos adicionais de divulgação quando uma moeda não é cambialmente conversível. Essas alterações não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo; **Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes:** Os pronunciamentos e interpretações novos ou revisados abaixo foram emitidos, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou os possíveis impactos dessas normas e, com base no entendimento atual, não espera efeitos significativos na mensuração e reconhecimento dos saldos, podendo haver impactos relacionados à apresentação e à divulgação das informações financeiras quando de sua adoção. **Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3) e IFRS 9/NBC TG 48:** Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros – introduzem esclarecimentos relacionados à classificação e ao desreconhecimento de instrumentos financeiros, bem como requerimentos adicionais de divulgação, incluindo aqueles associados a características ESG. Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.; **Implementação da IFRS 18:** Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras – Substitui o IAS 1 (NBC TG 26) e estabelece novos requerimentos relacionados à apresentação da demonstração do resultado, incluindo subtópicos padronizados e divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração encontra-se avaliando os impactos dessa norma, os quais deverão se concentrar, principalmente, em aspectos de apresentação e divulgação. **Reforma tributária no Brasil:** Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2024, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês. O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a aplicação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos. Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	105	62	5.586	4.978
Aplicações financeiras	4	1	25.132	18.058
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>63</b>	<b>30.718</b>	<b>23.036</b>

O Grupo possui aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e em operações compromissadas em bancos de primeira linha, a taxa média ponderada equivalente a 95,32% dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") (93,7% em 31 de dezembro de 2024), podendo ser resgatados a qualquer momento com o próprio órgão emissor do instrumento financeiro sem perda da remuneração contratada. A exposição do Grupo aos riscos de mudança nas taxas de juros e a análise de sensibilidade referente aos ativos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 31.

**6 Contas a receber**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a receber – marketplace	67.020	41.336
Títulos a receber – adquirentes (i)	28.337	74.540
Títulos a receber – boletos	1.245	7.761
Títulos a receber – PIX	287	674
Títulos a receber – outros	7.211	8.539
Títulos a receber – Cartão Mobly	3.802	9.416
<b>Total contas a receber</b>	<b>107.902</b>	<b>142.266</b>
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
<b>Total</b>	<b>106.886</b>	<b>138.957</b>

(i) O Grupo antecipa os recebíveis de cartão de crédito por meio dos adquirentes: Aiden, Cielo, GetNet e Banco Daycoval. Os recebíveis foram parcialmente antecipados de adquirentes em uma média mensal de R\$ 83.500 em 2025 (média mensal de R\$ 34.202 em 2024), conforme a necessidade de liquidez de curto prazo. A taxa média ponderada de antecipação foi de 116,15% do CDI em 2025 (117% do CDI em 2024), e o impacto no resultado no exercício de 2025 foi de R\$ 48.378, (R\$ 4.930 em 2024), e está explicitado na linha "juros sobre antecipação de recebíveis" na Nota Explicativa no 27. Os valores representam os recebíveis com a administradora de cartões de crédito e vendas por meio de parceiros (marketplace). Os valores são apresentados líquidos de taxas da administração e dos recursos antecipados pelos cartões. A análise do vencimento dos títulos a receber de clientes é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Títulos a vencer</b>	<b>106.088</b>	<b>135.555</b>
<b>Vencidos</b>		
até 30 dias	1.280	1.039
acima de 30 e menor que 60 dias	496	765
acima de 60 dias	38	4.907
Perda de crédito esperada	(1.015)	(3.309)
<b>Total</b>	<b>106.087</b>	<b>138.957</b>

A administração julga suficiente a provisão constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber de clientes do Grupo.

**Provisões para perda de crédito esperada**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(3.309)</b>	<b>(1.154)</b>
Combinação de negócios	–	(2.483)
Adições, líquida de reversões	(53)	328
Baixas (i)	2.347	–
<b>Total</b>	<b>(1.015)</b>	<b>(3.309)</b>

(i) As baixas dizem respeito a títulos vencidos há mais de 360 dias, os quais o Grupo entende não haver possibilidade de recebimento seja devido à saúde financeira do cliente ou por outros fatores como tentativas exauridas de cobrança. As provisões foram baixadas de acordo com as baixas dos respectivos títulos vencidos.

**7 Estoques**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria para revenda	182.952	187.106
Matérias-primas	19.329	19.151
Estoques faturados e não entregues	11.960	7.195
Mais valia de estoques (i)	–	22.608
Estoques em trânsito	15.384	15.242
Mercadorias em poder de terceiros	6.186	12.833
Material de uso e consumo	2.478	3.549
Outros	1.095	4.346
<b>Total</b>	<b>239.384</b>	<b>272.030</b>

(i) O saldo de mais-valia de estoques reconhecido na data da aquisição foi integralmente apropriado ao resultado ao longo do exercício de 2025, em decorrência da realização das vendas dos respectivos itens. Dessa forma, todos os produtos objeto de reavaliação na aquisição da Tok&Stok pela Mobly já foram comercializados até a data-base. Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido, já deduzidos na composição acima, no montante de R\$ 20.411 em 31 de dezembro de 2025 (R\$42.462 em 31 de dezembro de 2024). Essa redução foi reconhecida como custo dos produtos vendidos. As provisões para realização de estoques se encontram a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(42.462)</b>	<b>(5.221)</b>
Combinação de negócios	–	(30.332)
Adições	(4.745)	(10.350)
Baixas (i)	28.234	3.441
<b>Total</b>	<b>(18.973)</b>	<b>(42.462)</b>

(i) Após análise e revisão dos estoques obsoletos foi identificado que parte dos itens do

estoque estava impróprio para venda e/ou revenda a terceiros, o que resultou na baixa do montante como redução da provisão anteriormente constituída.

**8 Créditos diversos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	130.190	158.110	–	–
Adiantamentos a fornecedores	1.421	–	5.576	3.636
Adiantamentos de importação	–	–	1.624	2.362
Depósito caução	–	–	1.077	1.519
Ressarcimento transportes	–	–	4.331	7.699
Adiantamentos para aquisição de imobilizados	–	–	–	174
Bens recebidos de terceiros em comodato	–	–	3.702	1.501
Outros créditos	–	2.030	1.804	7.695
Adiantamentos folha e benefícios	117	140	2.479	4.353
Seguros pagos antecipadamente	–	–	4.807	4.141
Subarrendamentos (i)	–	–	–	4.751
Aluguel antecipado	–	–	–	565
<b>Total</b>	<b>131.728</b>	<b>160.280</b>	<b>25.401</b>	<b>38.396</b>
Circulante	131.728	160.267	22.365	33.454
<b>Não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>3.036</b>	<b>4.941</b>

(i) Saldo refere-se aos subarrendamentos de parte da Loja VilaLobos localizada em São Paulo-SP (arrendado até maio de 2031) (Nota Explicativa nº 21).

**9 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar (iii)	–	965	144.200	101.265
PIS a recuperar (i)	–	–	25.926	46.608
Cofins a recuperar (i)	–	–	104.715	192.459
IPI a recuperar	–	–	1.401	1.482
IRRF sobre aplicações	4.768	5.457	8.576	7.865
Outros créditos	1.065	–	3.793	4.634
INSS a Recuperar	–	–	37.160	34.729
<b>Total</b>	<b>5.833</b>	<b>6.422</b>	<b>325.771</b>	<b>389.043</b>
Circulante	5.833	6.422	185.696	229.809
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>140.075</b>	<b>159.234</b>

(i) A Tok&Stok possui créditos de PIS e Cofins oriundos de ação judicial que transitou em julgado referente a "Tese do século" (Exclusão do ICMS da Base de cálculo de PIS e Cofins). Esse montante representa R\$ 170.001 do saldo destacado, onde R\$ 149.839 deste montante foi convertido em cotas subordinadas de FIDC e realocados para o grupo de investimentos, conforme Nota Explicativa nº 10.1. (ii) Os saldos relevantes do não circulante são compostos por ICMS no valor de R\$ 83.720 e INSS no valor de R\$ 37.160. (iii) O aumento do saldo de ICMS a recuperar decorre do êxito em processos judiciais nos quais a Companhia discutia a legalidade da cobrança do DIFAL nos períodos de 2016 a 2020. Com o trânsito em julgado de parte dessas ações ao longo de 2025, a Companhia reconheceu os respectivos créditos, os quais serão utilizados para compensação com débitos tributários futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários de ICMS, PIS e Cofins segue:

Ano	ICMS	PIS e COFINS
2026	59.533	116.020
2027	57.923	14.621
2028 em diante	26.744	–
<b>Total</b>	<b>144.200</b>	<b>130.641</b>

**10 Partes relacionadas**

Os saldos ativos e passivos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

	Controladora		Companhia	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo (i)</b>	<b>102.697</b>	<b>130.619</b>	<b>26.117</b>	<b>26.115</b>
Mobly Comércio Varejista Ltda.	102.697	130.619	–	–
Mobly Hub Transportadora Ltda.	–	–	26.117	26.115
Mobly Tech Ltda.	–	–	1.376	1.375
<b>Total</b>	<b>102.697</b>	<b>130.619</b>	<b>27.493</b>	<b>27.490</b>

(i) Os montantes em 31 de dezembro de 2025 referem-se a saldos transferidos para a Mobly Comércio Varejista Ltda., Mobly Hub Transportadora Ltda., Mobly Tech Ltda. e Mobly Comércio Atacadista, por meio de contrato de conta corrente entre as partes, com vencimento previsto para 03 de outubro de 2026. Não há incidência de juros (Nota Explicativa nº 8); (ii) Conforme Nota Explicativa no 16, na sessão de debêntures privadas. **10.1. Remuneração dos administradores:** Até 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram registrados, a título de remuneração a diretores e administradores, os montantes relacionados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
<b>Remuneração</b>	<b>922</b>	<b>7.553</b>	<b>1.221</b>	<b>7.089</b>
Encargos sociais	234	704	136	704
<b>Total</b>	<b>1.155</b>	<b>8.257</b>	<b>1.357</b>	<b>7.793</b>

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
<b>Remuneração</b>	<b>922</b>	<b>16.465</b>	<b>1.221</b>	<b>15.765</b>
Encargos sociais	234	1.055	136	817
<b>Total</b>	<b>1.155</b>	<b>17.520</b>	<b>1.357</b>	<b>16.582</b>

**11 Investimentos e provisão para perdas em investimentos – controladora**

**Movimentação dos investimentos em controladas:** A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações contábeis individuais, é como segue:

	Saldo inicial		Aquisição de investimento em ações		Mais valia líquida de IR gerada na aquisição		Valor justos dos ativos líquidos de impostos e ajustes patrimoniais (i)		Amortização/ Realização das mais valias (Líquidas de IR/ CS Diferidos)		Saldo final	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Movimentação</b>	<b>300.617</b>	<b>94</b>	<b>94</b>	<b>25.369</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>14.031</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>337.111</b>
Mobly Comércio Varejista Ltda.	300.617	94	94	25.369	–	–	14.031	–	–	–	–	337.111
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(65.394)	(290)	–	–	–	–	(8.658)	–	–	–	–	(74.342)
Mobly Tech Ltda.	(15.851)	33	–	–	–	–	(4.206)	–	–	–	–	(20.204)
Mobly Atacadista	214	–	–	–	–	–	(3.250)	–	–	–	–	(3.036)
Estok Comercio e Representações S.A	(242)	25	–	–	–	–	(61.121)	–	(6.804)	(2.888)	(72.030)	–
<b>Total</b>	<b>219.344</b>	<b>(138)</b>	<b>94</b>	<b>25.369</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(67.204)</b>	<b>–</b>	<b>(6.804)</b>	<b>(2.888)</b>	<b>167.679</b>	<b>–</b>

**Em 31 de dezembro de 2024**

	Saldo inicial		Aquisição de investimento		Mais valia líquida de IR gerada na aquisição		Valor justos dos ativos líquidos de impostos e ajustes patrimoniais (i)		Amortização/ Realização das mais valias		Saldo final	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Movimentação</b>	<b>354.797</b>	<b>(120)</b>	<b>(120)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(54.060)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>300.617</b>
Mobly Comércio Varejista Ltda.	354.797	(120)	(120)	–	–	–	(54.060)	–	–	–	–	300.617
Mobly Hub Transportadora Ltda.	(47.106)	(5)	–	–	–	–	(18.283)	–	–	–	–	(65.394)
Mobly Tech Ltda.	(10.594)	25	–	–	–	–	(5.282)	–	–	–	–	(15.851)
Mobly Atacadista	–	–	–	–	–	–	214	–	–	–	–	214
Estok Comercio e Representações S.A. (i)	–	–	–	272.583	88.691	–	(323.773)	(23.694)	(14.049)	(14.049)	(242)	–
<b>Total</b>	<b>297.097</b>	<b>(100)</b>	<b>(100)</b>	<b>272.583</b>	<b>88.691</b>	<b>–</b>	<b>(323.773)</b>	<b>(101.105)</b>	<b>(14.049)</b>	<b>(14.049)</b>	<b>219.344</b>	<b>–</b>

(i) Os valores são referentes a 2 meses de movimentação, ou seja, o período após a aquisição. **Informações de controladas:** Os principais saldos de ativos, passivos e resultado de controladas é como segue:

	Participação		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício
--	--------------	--	-------	--	---------	--	--------------------	-----------------	---------------------------------------

... continuação

**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)**

cotas subordinadas por valor simbólico em eventos específicos. O investimento em cotas subordinadas está classificado como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em razão da natureza residual dos fluxos e da ausência de características que atendam ao teste SPPI (somente principal e juros). A Companhia não consolida o FIDC, nos termos do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, pois não detém poder sobre as atividades relevantes nem capacidade de direcionar retornos variáveis. A mensuração do investimento é realizada pelo valor justo classificado no Nível 3 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, em razão do uso de premissas relevantes não observáveis, especialmente relacionadas ao horizonte de liquidação do precatório e às taxas de desconto aplicáveis. O valor justo representa o preço de saída que seria praticado em transação ordenada entre participantes de mercado na data-base. A mensuração utiliza técnica de fluxo de caixa descontado, considerando a atualização do ativo subjacente pela taxa Selic, a dedução do valor devido às cotas seniores (remuneradas a CDI acrescido de 12,5% ao ano) e o desconto do valor residual pela taxa de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil do investimento, após amortização parcial de R\$ 34.000, era de R\$ 114.840, enquanto o valor justo estimado, com base no cenário considerado mais provável pela administração, era de R\$ 103.371, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.469. A Companhia reconheceu a variação no valor justo no resultado do período, conforme o CPC 48. A administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração, incluindo horizonte de liquidação do precatório e taxas de desconto, considerando fatores como execução orçamentária federal e alterações nas condições de mercado. A operação envolve riscos, entre os quais se destacam: (i) risco de prazo, pois eventual alongamento do horizonte de liquidação reduz o valor justo da cota subordinada; (ii) risco de taxa, dado que elevação da Selic ou do CDI aumenta o custo da cota senior e o desconto aplicado ao fluxo residual; e (iii) risco contratual, decorrente da existência de cláusula de recompra das cotas subordinadas por valor simbólico em determinadas condições. A estrutura contratual também prevê cláusula de remuneração adicional que assegura ao cotista sênior retorno mínimo equivalente a duas vezes o capital investido (R\$ 70 milhões), caso a liquidação do ativo ocorra em prazo inferior a 2,8 anos. A administração considera a ocorrência desse evento como remota, tendo em vista os prazos orçamentários aplicáveis à execução de precatórios federais. Além disso, a estrutura prevê obrigação contratual da Companhia de realizar aportes adicionais caso ocorra redução do valor do crédito cedido ou decisão judicial que inviabilize a restituição via precatório, de forma a recompor a estrutura e assegurar a remuneração mínima das cotas seniores. Essa obrigação é avaliada nos termos do CPC 25, sendo reconhecida como provisão quando houver probabilidade de perda e mensuração confiável, ou divulgada como passivo contingente quando aplicável. A movimentação dos outros ativos financeiros a valor justo, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado
Investimento inicial em cotas subordinadas de FIDC	149.840
Resgate de cotas	(34.000)
Ajuste a valor justo (Nota Explicativa no 27)	(11.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.371

Para fins de transparência, a administração apresenta a seguir a sensibilidade do valor justo do investimento em função de diferentes horizontes de liquidação:

Cenário	Valor Justo (R\$)	Ajuste frente ao valor contábil (R\$)
3 anos	101.891	(11.469)
4 anos	96.511	(18.328)
6 anos	83.786	(31.054)

A Companhia continuará monitorando as condições contratuais e de mercado, bem como a evolução do processo judicial subjacente, para assegurar que a mensuração do investimento reflita adequadamente o valor justo, conforme CPC 46 e as exigências de divulgação previstas no CPC 48 e na regulamentação da CVM.

**12 Imobilizado**

**Composição do imobilizado**

	Consolidado			
	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Benefitárias	213.882	(162.973)	50.909	70.237
Equipamentos de Informática	49.113	(44.467)	4.646	8.399
Estruturas/Instalações	114.846	(80.772)	34.074	42.605
Móveis e utensílios	51.855	(33.439)	18.416	22.608
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.121	(18.888)	12.233	14.386
Pallets	2.838	(2.821)	17	21
Veículos	1.181	(1.181)	-	688
Equipamentos de telefonia	5.265	(2.983)	2.282	1.333
Terenos	57.126	(415)	56.711	22.468
Imóveis	3.176	(1.810)	1.366	2.022
<b>Total</b>	<b>530.403</b>	<b>(349.749)</b>	<b>180.654</b>	<b>184.767</b>

A movimentação do custo ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Benefitárias	206.061	11.624	(3.803)	213.882
Equipamentos de informática	49.196	291	(374)	49.113
Estruturas/Instalações	114.416	1.241	(811)	114.846
Móveis e utensílios	51.529	401	(75)	51.855
Máquinas, equipamentos e ferramentas	31.040	584	(503)	31.121
Pallets	3.125	-	(287)	2.838
Veículos	1.922	-	(741)	1.181
Equipamentos de telefonia	5.180	85	-	5.265
Terenos (i)	22.723	34.403	-	57.126
Imóveis	3.176	-	-	3.176
<b>Total</b>	<b>488.368</b>	<b>48.629</b>	<b>(6.594)</b>	<b>530.403</b>

(i) O Grupo celebrou em 15 de agosto de 2025 Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária para aquisição de um imóvel comercial situado na cidade de São Paulo/SP, à Rua Henrique da Cunha, nº 68, esquina com a Avenida Rebouças e fundos para a Rua Pedro Leão. O imóvel possui área total de 2.587,17 m² e estava ocupado pela Companhia desde 1987 sob regime de locação. A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Benefitárias	(135.824)	(30.952)	3.804	(162.973)
Equipamentos de informática	(40.797)	(4.035)	365	(44.467)
Estruturas	(71.811)	(9.768)	807	(80.772)
Móveis e utensílios	(28.921)	(4.523)	6	(33.439)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(16.654)	(2.576)	341	(18.889)
Pallets	(3.104)	(19)	302	(2.821)
Veículos (i)	(1.234)	(317)	370	(1.181)
Equipamentos de telefonia	(3.847)	(312)	1.175	(2.984)
Terenos (i)	(255)	(160)	-	(415)
Imóveis	(1.154)	(656)	-	(1.810)
<b>Total</b>	<b>(303.601)</b>	<b>(53.318)</b>	<b>7.170</b>	<b>(349.749)</b>

(i) O saldo na linha de terrenos corresponde à amortização da mais-valia registrada. A movimentação custo ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Benefitárias	69.040	24.770	(2.497)	114.748
Equipamentos de informática	16.555	352	(432)	32.721
Estruturas	20.041	775	(1.890)	95.490
Móveis e utensílios	8.812	(285)	(85)	43.087
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4.599	2.893	(47)	23.595
Pallets	3.215	5	(95)	3.125
Veículos (i)	4.399	6	(3.041)	558
Equipamentos de telefonia	475	185	(32)	4.552
Terenos	-	-	-	22.723
Imóveis	-	246	-	2.930
<b>Total</b>	<b>127.136</b>	<b>28.947</b>	<b>(8.119)</b>	<b>340.404</b>

(i) Os veículos baixados até o período findo em 31 de dezembro de 2024 referem-se à venda de caminhões para terceiros. A movimentação da depreciação ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Benefitárias	(30.785)	(42.288)	3.863	(66.614)
Equipamentos de informática	(9.872)	(3.297)	418	(28.046)
Estruturas	(13.243)	(5.740)	2.475	(55.303)
Móveis e utensílios	(2.209)	(2.193)	644	(25.163)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(1.172)	(1.047)	223	(16.654)
Pallets	(2.716)	(483)	95	(3.104)
Veículos	(1.880)	(177)	1.378	(555)
Equipamentos de telefonia	(313)	(190)	63	(3.847)
Terenos	-	-	-	(255)
Edifícios	-	(19)	9	(1.154)
<b>Total</b>	<b>(62.190)</b>	<b>(55.434)</b>	<b>9.168</b>	<b>(195.145)</b>

O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais indícios estejam presentes, o valor recuperável do ativo é estimado, e caso ele seja menor do que o valor residual contábil do ativo, é reconhecida redução de seu saldo contábil. A Companhia efetuou testes de impairment do ativo imobilizado e intangível como uma única unidade geradora de caixa (UGC), devido a operação de vendas e-commerce e em lojas físicas por utilizarem da mesma estrutura operacional.

As premissas para projeções de fluxo de caixa futuro baseiam-se no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em informações comparáveis de mercado, como taxa de inflação esperada e taxa de crescimento da receita, e representam as melhores estimativas da Administração sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil desses ativos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa de custo de capital de 19,1% em 31 de dezembro de 2025 (17,4% em 31 de dezembro de 2024). O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil nos períodos testados e, portanto, nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi reconhecida.

**13 Intangível**

**Composição do intangível**

	Consolidado			
	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Ágio (goodwill)	275.121	-	275.121	272.583
Softwares – gerados internamente	39.018	(13.183)	25.835	16.761
Softwares – gerados int. em desenv.	13.689	-	13.689	22.296
Decorado – modelos para o site (i)	13.994	(13.680)	314	806
Marcas e patentes	121.752	(6.696)	115.055	121.752
Softwares – adquiridos de terceiros	150.467	(106.354)	44.113	51.233
Direito de Imagens	5.411	(5.401)	10	260
Ponto Comercial	1.264	-	1.264	245
Intangível em Andamento	5.386	-	5.386	20.079
<b>Total</b>	<b>626.102</b>	<b>(145.314)</b>	<b>480.788</b>	<b>506.099</b>

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Transf. rências	Baixas
Ágio (goodwill)	272.582	2.539	-	-
Softwares – gerados internamente	64.532	-	17.595	(43.109)
Softwares – gerados int. em desenv.	22.296	8.988	(17.595)	-
Decorado – modelos para o site (i)	13.994	-	-	-
Marcas e patentes	121.752	-	-	-
Softwares – adquiridos de terceiros	132.366	1.875	20.682	(4.456)
Direito de Imagens	5.411	-	-	-
Ponto Comercial	1.264	-	-	-
Intangível em Andamento	20.079	5.989	(20.682)	-
<b>Total</b>	<b>654.276</b>	<b>19.391</b>	<b>(47.565)</b>	<b>626.102</b>

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2025 foi:

	Consolidado			
	01/01/2025	Adições	Baixas	31/12/2025
Softwares – gerados internamente	(47.770)	(8.522)	43.109	-
Decorado – modelos para o site (i)	(13.194)	(486)	-	-
Softwares – adquiridos de terceiros	(81.044)	(25.940)	630	-
Direito de Imagens	(5.152)	(249)	-	-
Ponto Comercial	(1.018)	(246)	1.264	-
Marcas e Patentes	-	(6.696)	-	-
<b>Total</b>	<b>(148.178)</b>	<b>(42.139)</b>	<b>45.003</b>	<b>-</b>

A movimentação do custo intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Transf. rências	Combi- nação de negócios
Ágio (goodwill)	272.583	-	-	-
Softwares – gerados internamente	57.352	-	7.180	-
Softwares – gerados int. em desenv.	17.510	11.966	(7.180)	-
Decorado – modelos para o site (i)	13.548	495	(49)	-
Marcas e patentes	60	-	-	121.692
Softwares – adquiridos de terceiros	11.097	931	(12)	120.350
Direito de Imagens	-	-	-	5.411
Ponto Comercial	-	-	-	1.264
Intangível em Andamento	-	1.841	-	18.238
<b>Total</b>	<b>99.567</b>	<b>15.233</b>	<b>(61)</b>	<b>539.538</b>

A movimentação da amortização do intangível ao longo dos doze meses de 2024 foi:

	Consolidado			
	01/01/2024	Adições	Transf. rências	Combi- nação de negócios
Softwares – gerados internamente	(38.859)	(8.912)	-	-
Decorado – modelos para o site (i)	(12.185)	(1.009)	-	-
Softwares – adquiridos de terceiros	(5.837)	(8.884)	3.776	(70.098)
Direito de Imagens	-	(169)	84	(5.067)
Ponto Comercial	-	(16)	8	(1.010)
<b>Total</b>	<b>(56.881)</b>	<b>(18.990)</b>	<b>3.868</b>	<b>(76.175)</b>

(i) Decorado são modelos 3D utilizados na aplicação de realidade aumentada em nosso aplicativo. Estes modelos são desenvolvidos por um parceiro especializado, elaborados em uma seleção de itens elencada pela Mobly produtos ou categorias, e são disponibilizados na plataforma da Mobly. Os modelos podem ser acessados por nossos clientes a fim de renderizar os produtos selecionados, que podem ser visualizados com a funcionalidade de realidade aumentada.

**14 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (i)	-	-	130.820	160.994
Serviços de Marketing	-	-	8.882	7.637
Fretes	-	-	4.978	10.497
Fornecedores de Serviços	15.022	23.647	33.644	36.811
Importação em trânsito	-	-	5.115	15.223
<b>Total</b>	<b>15.022</b>	<b>23.647</b>	<b>183.439</b>	<b>231.162</b>
Circulante	15.022	15.097	183.439	222.612
Não Circulante	-	8.550	-	8.550

(i) O montante de R\$ 8.550 classificado no não circulante, foi reclassificado nesta demonstração financeira conforme Nota Explicativa nº 2.9.

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais do Grupo são fornecidas na tabela abaixo:

	Consolidado
Valor contábil dos passivos financeiros	130.820
Intervalo de datas de vencimento de pagamento	90-120 dias

**14.1. Risco sacado**

	Consolidado
Risco sacado	39.895
<b>Total</b>	<b>39.895</b>

O Grupo celebrou contratos de risco sacado durante os exercícios de 2024 e 2025 com instituições financeiras (bancos e fundos), com início da operação na Tok&Stok em 2025. Esses contratos foram disponibilizados aos fornecedores como uma alternativa para antecipação de recebíveis, especialmente em função dos prazos de pagamento praticados pelo Grupo, contribuindo para atender às necessidades de capital de giro desses parceiros. A adesão ao programa ocorre por opção exclusiva dos fornecedores, sem alteração das condições comerciais originalmente negociadas, incluindo preços e prazos de pagamento. No contexto dessas operações, apesar da participação das instituições financeiras no pagamento antecipado aos fornecedores, o risco de crédito das obrigações permanece substancialmente com o Grupo, uma vez que não há transferência do risco nem liberação da obrigação original junto ao fornecedor. No âmbito das operações de risco sacado, não há concessão de garantias adicionais pelo Grupo às instituições financeiras, além da sua própria capacidade de crédito. Nessas operações, a análise de risco é realizada com base exclusivamente no risco de crédito do Grupo, na qualidade de devedor (sacado). Dessa forma, os fornecedores não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento das obrigações em caso de eventual inadimplência, tampouco há cobrigação ou garantias prestadas por estes. O programa de risco sacado é relevante para a manutenção da cadeia de fornecimento do Grupo, considerando que parte dos fornecedores não possui capacidade de financiar o capital de giro necessário para operar dentro dos prazos praticados. Nesse contexto, o programa se mostra mais eficiente do ponto de vista financeiro do que a antecipação direta dos pagamentos pelo Grupo com recursos próprios. Os limites disponibilizados no âmbito do programa são periodicamente reavaliados pelas instituições financeiras, de acordo com suas políticas de crédito, podendo resultar em aumento ou redução da capacidade de financiamento. Contudo, tais reavaliações não implicam vencimento antecipado das obrigações do Grupo. Os pagamentos realizados às instituições financeiras continuam sendo classificados como fluxos de caixa operacionais, uma vez que estão diretamente relacionados ao ciclo operacional do Grupo, representando pagamentos pela aquisição de mercadorias para revenda. Ao final de 2025, a operação de risco sacado envolvia aproximadamente 69 fornecedores, o que representa cerca de 17,1% da base total de fornecedores do Grupo (estimada em aproximadamente 402 fornecedores). Em termos comparativos, o volume financeiro associado à operação totalizou R\$ 6,6 milhões sobre uma base de R\$ 231,2 milhões, resultando em um montante combinado de aproximadamente R\$ 237,8 milhões, sendo que a operação representa cerca de 2,8% desse total. Dessa forma, embora relevante sob a ótica operacional e de gestão de capital de giro, a operação ainda apresenta representatividade financeira limitada no contexto geral das obrigações do Grupo.

Valor contábil dos passivos financeiros  
Desconto financeiro aplicado pela antecipação com o banco (i)  
Intervalo de datas de vencimento de pagamento  
(i) O Grupo não é responsável pelos juros decorrentes da antecipação do título junto ao banco. Esses encargos são de responsabilidade do próprio fornecedor que solicitou a antecipação via operação de risco sacado.

Valor contábil dos passivos financeiros  
Desconto financeiro aplicado pela antecipação com o banco  
Intervalo de datas de vencimento de pagamento  
Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional normal do Grupo e sua natureza principal continua operacional, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços.

**15 Salários e encargos sociais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

... continuação		Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)	
<b>Ano</b>	<b>Valor máximo de dívida financeira líquida</b>	<b>(ii) Os principais depósitos judiciais encontram-se, essencialmente, detalhados a seguir: a) PIS e Cofins (base de cálculo PIS e Cofins):</b> Em 23 de outubro de 2020 após o entendimento da 4ª turma do TRF3, o recurso de apelação da Fazenda sobre o mandado de Segurança nº 5025689-42.2018.4.03.6100 foi julgado desfavorável ao Grupo e tendo sido proferida a sentença em 04 de novembro de 2020. Em razão disso, o tema subiu para o STF como repercussão geral e será julgado em mais uma instância. Com base nesta última decisão, o Grupo passou a fazer o depósito em juízo do montante suspenso no valor de R\$ 45.918 (R\$ 39.648 em 2024). Os valores estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo, amparado por seus assessores jurídicos, considerou esta ação como possível de êxito (Nota Explicativa nº 19.a). <b>b) Diferencial de alíquotas – DIFAL:</b> O Grupo realizou depósitos pertinentes à DIFAL (Diferencial de Alíquota Entre os Estados). Em dezembro de 2020 o Grupo ingressou com ação nos Estados pleiteando o seu direito ao não recolhimento da DIFAL, pois esse tema no Brasil estava como repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) e as chances de êxito vinham evoluindo a favor dos contribuintes. O Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou que tal norma está em desacordo com alguns princípios ou hierarquias das leis brasileiras, e avaliou o ingresso de tal ação judicial como de êxito provável. Como o Grupo já detém ação judicial em curso questionando a legalidade da cobrança, o efeito suspensivo é mediado a partir da data em que houve o ingresso da ação, com isso o Grupo realizou depósitos judiciais até que a ação seja julgada. O montante em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 29.204 (R\$37.639 em 2024). Com a instituição da Lei Complementar nº 190/2022, sancionada em 5 de janeiro de 2022, o Grupo, com o apoio de seus assessores jurídicos, avaliou como provável o êxito das medidas judiciais relacionadas ao recolhimento do DIFAL, efetuando depósitos judiciais a partir de abril de 2022 (Nota Explicativa nº 19.a). Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que as empresas que ajuizaram ações judiciais até 29 de novembro de 2023 estão dispensadas do recolhimento do DIFAL referente ao exercício de 2022. Dessa forma, o Grupo aguarda a restituição dos valores depositados, conforme o trânsito em julgado das respectivas decisões. Parte das ações propostas em 2021 já teve decisão favorável à Companhia, resultando na restituição de R\$ 18.628 diretamente em conta corrente. Adicionalmente, créditos no montante de R\$ 8.049 foram negociados com terceiros (Score Capital), tendo sido recebidos R\$ 5.947 até a data-base, considerando parcela à vista e componente variável conforme as condições contratuais. <b>(iii)</b> O montante referenciado são depósitos em garantias cíveis e do consumidor.	
2029	R\$ 774 milhões		
2030	R\$ 669 milhões		
2031 em diante	R\$ 669 milhões corrigido pela taxa DI		
<b>Covenant de CapEx (repactuado):</b> medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Mobly, que não poderá ultrapassar os valores a seguir:			
<b>Ano</b>	<b>CapEx máximo que pode ser desembolsado</b>		
2025	R\$ 48 milhões		
2026	R\$ 48 milhões		
2027	R\$ 50 milhões		
2028	R\$ 51 milhões		
2029	R\$ 55 milhões		
2030	R\$ 57 milhões		
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI		
Adicionalmente, a escritura e os aditamentos estabelecem diversas hipóteses de vencimento antecipado, entre as quais se destacam: • Descumprimento de obrigação de pagamento de qualquer parcela de principal, juros ou encargos; • Descumprimento de obrigações acessórias, incluindo covenants, entrega de informações e manutenção de garantias; • Deterioração relevante da situação financeira da emissora ou garantidores; • Execução judicial ou extrajudicial contra a emissora, garantidores ou qualquer empresa do grupo, envolvendo valores superiores a determinado limite financeiro; • Cancelamento, suspensão ou perda das garantias previstas na escritura; • Default cruzado: inadimplemento de outras dívidas financeiras relevantes (inclusive bancárias); • Mudança de controle da emissora ou dos garantidores sem prévia anuência dos debenturistas; • Revocação ou não homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial; • Incorporação, cisão ou fusão da emissora ou dos garantidores, que não tenham sido previamente aprovadas; • Não observância de compromissos previstos nos aditamentos, incluindo a manutenção de garantias adicionais.			
<b>Debêntures privadas:</b> Em janeiro de 2025 foi realizada a emissão de debêntures simples, conversíveis em ações ordinárias de sua própria emissão, da espécie quirografária no montante total de R\$ 132.165, representadas por 132.165 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1. Essas debêntures foram emitidas como contraprestação pela cessão, à Companhia, de créditos anteriormente detidos por fundos contra a Tok&Stok. Com a cessão, a Mobly passou a figurar como credora desses créditos, com vencimento em 31 de dezembro de 2035, sujeitos à atualização pela taxa DI, acrescida de juros remuneratórios de 2,00% ao ano, com capitalização diária. A Companhia reconheceu tais valores como contas a receber de partes relacionadas em suas demonstrações individuais, mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou operação envolvendo a conversão de dívida anteriormente mantida junto à SPX em aumento de capital, no âmbito de sua reorganização societária e estratégia de otimização da estrutura de capital. A referida operação foi formalizada mediante capitalização do crédito devido pela SPX, com a correspondente emissão de ações da Companhia, resultando na extinção da obrigação financeira anteriormente registrada. Como consequência, houve redução do passivo financeiro da Companhia e aumento do patrimônio líquido em montante equivalente ao valor do crédito capitalizado, não havendo impacto em caixa decorrente dessa transação. Adicionalmente, os créditos originalmente detidos por terceiros e posteriormente cedidos no contexto da reorganização passaram a ser detidos pela Companhia, permanecendo a Tok&Stok como devedora desses valores perante a TOKY, sem alteração das condições econômicas substanciais da obrigação. As debêntures privadas emitidas pela Mobly possuem as seguintes características principais: • Remuneração: Taxa DI + 2,00% ao ano, capitalizados pro rata temporis, até o vencimento ou a data de conversão; • Conversibilidade: a qualquer tempo, total ou parcial, a critério da Companhia ou do debenturista ou obrigatoriamente em 31 de dezembro de 2035; • Preço de conversão: R\$ 9,00 por ação ordinária, corrigido monetariamente até a data de conversão, com arredondamento para o número inteiro de ações; • Vencimento final: 31 de dezembro de 2035; • Liquidação: exclusivamente por meio da conversão em ações na data de vencimento. A liquidação em dinheiro é permitida, mas apenas se e após a quitação integral das dívidas reestruturadas da Tok&Stok; • Natureza do instrumento: por não atender ao critério fixo-fixo (fixed-for-fixed) para conversão, conforme CPC 39, as debêntures foram classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. Não há garantias específicas vinculadas a essas debêntures, nem cláusulas típicas de covenants financeiros. A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2025 é como segue:			
<b>Movimentação empréstimos</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2025 – Empréstimos</b>		-	357.832
Baixa plano de recuperação extrajudicial		-	(357.832)
Dívidas com acionistas não controladores/outras contas a pagar convertidas em debêntures		-	119.676
Baixa dívida com acionistas não controladores/outras contas a pagar		-	(119.676)
Emissão de debêntures públicas		-	476.910
Despesa financeira com a emissão de debêntures públicas		-	184
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures públicas		-	79.430
Emissão de debêntures privadas		132.165	132.165
Juros incorridos em 2025 sobre as debêntures privadas		50	50
Debêntures Privadas convertidas em aumento de capital		21.985	21.985
Baixa de debêntures públicas convertidas em dívida		(153.256)	(153.256)
Intercompany		-	(75.950)
Antecipação de recebíveis		-	25.840
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>944</b>	<b>504.358</b>
Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do longo prazo estão apresentados a seguir:			
<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
2027	-	2.642	
2028	-	50.309	
2029	-	71.237	
2030	-	71.237	
2031	-	71.237	
2032	-	71.237	
2033	-	71.237	
2034	-	71.237	
2035	-	944	944
<b>Total</b>	<b>944</b>	<b>481.518</b>	
A movimentação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está apresentada nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas relativas àquele exercício, publicadas em 31 de março de 2025.			
<b>17 Adiantamentos de clientes</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>Reclassificado</b>	<b>31/12/2024</b>
Adiantamento de clientes (ii)	16.013	20.211	
Repasses sellers	497	1.417	
Receita futura (i)	6.347	7.127	
Cashback	23	4.728	
Outras receitas diferidas	518	29	
<b>Total</b>	<b>23.398</b>	<b>33.512</b>	
(i) Refere-se aos pedidos que foram faturados e não entregues aos clientes, seu reconhecimento deve acontecer em uma data posterior aos períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.			
<b>18 Depósitos e bloqueios judiciais</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Depósitos tributários (i)	75.123	77.210	
Depósitos trabalhistas	619	487	
Bloqueios judiciais	392	431	
Outros depósitos judiciais (iii)	10.022	9.797	
<b>Total</b>	<b>86.156</b>	<b>87.925</b>	
Circulante	392	431	
<b>Não circulante</b>	<b>85.764</b>	<b>87.494</b>	
A movimentação dos depósitos é como segue:			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>74.685</b>	
Combinação de negócios		12.669	
Adição		7.099	
Baixas		(12.171)	
Atualização monetária		5.643	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>87.925</b>	
Adição		3.814	
Baixas (i)		(12.221)	
Atualização monetária		6.638	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>86.156</b>	
(i) Em 25 de abril de 2025, a Companhia celebrou contrato de cessão definitiva dos direitos de levantamento de depósitos judiciais vinculados a ações que discutem a exigibilidade do ICMS – Diferencial de Alíquotas (“DIFAL”) e do Fundo de Combate à Pobreza (“FCP”), referentes às competências até dezembro de 2021, com o SCORE I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (“Cessionário”). Na referida data, os depósitos judiciais objeto da cessão totalizavam R\$ 8.049, atualizados conforme índices oficiais dos Tribunais de Justiça dos respectivos Estados. Como contraprestação, a Companhia recebeu pagamento à vista no montante de R\$ 4.609, equivalente a 60% do valor atualizado dos depósitos. Além disso, o contrato prevê o recebimento de parcela variável adicional (“earn-out”), de até 20%, condicionada ao prazo do efetivo levantamento judicial. A Companhia reconheceu um ativo financeiro a valor justo para refletir o direito a essa contraprestação variável futura. Em decorrência da operação, os depósitos judiciais foram baixados do ativo não circulante, com o reconhecimento do valor justo da contraprestação recebida e do direito residual (earn-out). A diferença líquida, no montante de R\$ 1.869, foi registrada como despesa financeira no resultado do exercício de 2025. O montante de 4.172 foi restituído diretamente na conta corrente da Companhia referente a liberação via processo.			
<b>19 Provisão para contingências</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Contingências cíveis	3.740	5.285	
Contingências trabalhistas	18.957	25.143	
Contingências tributárias (i)	25.163	47.250	
<b>Total</b>	<b>47.860</b>	<b>77.678</b>	
Circulante	383	383	
<b>Não circulante</b>	<b>47.477</b>	<b>77.678</b>	
(i) O montante de R\$ 21.453 é referente a um auto de infração de PIS e Cofins, provindo da combinação de negócios, que está em discussão administrativa. Para ambos os processos, o Grupo possui legal opinion com chances de perdidas prováveis. O montante de R\$ 2.374 é de um mandado de segurança referente ao RAT (Risco Ambiental do Trabalho) e R\$ 1.129 é referente a um auto de infração de ICMS. A movimentação das contingências prováveis é como segue:			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>12.938</b>	
Combinação de negócios (ii)		45.685	
Adições		13.327	
Atualização monetária		5.728	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>77.678</b>	
Saldo transferido de tributos a recolher (iii)		43.437	
Adições		1.380	
Reversões (ii)		(83.548)	
Atualização monetária		8.913	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>47.860</b>	
(ii) O Grupo reverteu, dentre outras, as provisões referentes ao Diferencial de Alíquotas (DIFAL) de 2022 em decorrência do julgamento do Tema 1.266 de Repercussão Geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2025, o STF firmou o entendimento de que o DIFAL somente poderia ser exigido a partir de 04 de abril de 2022, modulando os efeitos da decisão para afastar a cobrança relativa ao exercício de 2022 para os contribuintes que tenham ajuizado ações até 29 de novembro de 2023 e que não tenham efetuado o recolhimento daquele imposto ao longo do referido ano. O montante revertido foi de R\$ 73.905 sendo R\$ 49.919 de principal e R\$ 23.986 de atualização monetária. (iii) No exercício, o Grupo efetuou a transferência do montante de R\$ 43.437, anteriormente apresentado no passivo circulante, sob o grupo tributos a recolher, referente às provisões de Diferencial de Alíquotas (DIFAL) já mencionadas acima. <b>a) Contingências possíveis:</b> O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Existem processos avaliados pelo Grupo, com apoio de seus assessores jurídicos como sendo de risco possível, relacionados a processos cíveis no montante de R\$ 58.238 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 56.565 em 31 de dezembro de 2024), trabalhistas no montante de R\$ 14.534 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 25.335 em 31 de dezembro de 2024) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do PIS e Cofins em suas próprias bases. Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e Cofins, o Grupo requereu o direito de excluir os valores do PIS e Cofins das suas próprias bases de cálculo de contribuições. Esta ação, amparada por seus assessores jurídicos, foi considerada como possível de êxito sendo o seu montante na data base de 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 48.531 (R\$ 42.377 em 31 de dezembro de 2024) (nota explicativa 18). Os números mencionados estão atualizados pela taxa Selic. O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente às despesas com Marketing, Marketplace e Data Center. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 10.779 para o PIS e R\$ 49.653 para o Cofins. O Grupo apropria créditos de PIS e Cofins referente à inclusão do ICMS e do IPI na base de cálculo dos créditos. Para apropriação de créditos dessa natureza, o Grupo foi amparado por seus assessores jurídicos que avaliaram as chances de êxito como “possível”. O montante de créditos dessa natureza apropriado pelo grupo em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 3.966 para o PIS e para o Cofins R\$ 18.270. Já para o IPI e a CSLL, o montante acumulado desde o início da discussão representa R\$ 81.736, sendo R\$ 36.016 referente ao exercício de 2025.			
<b>20 Outras contas a pagar</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Provisões para restituições (i)	9.616	10.487	
Provisão para devolução de produtos	762	-	
Provisões (ii)	18.579	12.235	
Contas a pagar por Serviços de tecnologia (iii)	-	65.032	
Manutenção a pagar	2.444	3.589	
Allowance	8.516	7.103	
Imobilizados a pagar (iv)	23.672	1.260	
Outras Contas a pagar	16.118	9.838	
<b>Total</b>	<b>79.707</b>	<b>109.544</b>	
Circulante	70.091	34.025	
<b>Não circulante</b>	<b>9.616</b>	<b>75.519</b>	
(i) Substancialmente refere-se a estimativa de custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem, remoção e restituição dos imóveis arrendados, após o fim do prazo de locação destes ativos; (ii) Montante refere-se a provisões para despesas operacionais que serão estornadas/revertidas assim que ocorrer a entrada de suas respectivas notas/documentos fiscais; (iii) Em abril de 2022, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aerea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”) com o objetivo de receber serviços exclusivos de criação, desenvolvimento e gerenciamento de soluções tecnológicas para as diversas áreas de negócio, construção e implementação de estratégias para os canais digitais, e assessoria na formação de uma equipe de tecnologia. Em novembro de 2023, as partes decidiram renovar todos os direitos e obrigações existentes até o momento, consolidando uma confissão de todos os valores devidos ou a dever pela Estok Comercio e Representações para a Domus e extinção de bônus de subscrição do contrato anterior. Conforme Nota Explicativa nº 16 as dívidas foram convertidas em debêntures públicas. (iv) Conforme descrito na NE 12, Informamos que o grupo adquiriu um terreno localizado ao lado da loja situada no bairro de Pinheiros, pelo valor total de R\$34.403 Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto referente à referida aquisição perfaz o montante de R\$22.392. A presente nota explicativa tem como objetivo evidenciar a posição patrimonial e financeira relacionada aos itens acima descritos na data-base indicada.			
<b>Movimentação das provisões</b>		<b>Restituições</b>	<b>Devoluções</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>10.921</b>	<b>1.414</b>
Adições/reversões		(434)	(1.414)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>10.487</b>	<b>10.487</b>
Adições/reversões		(871)	762
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>9.616</b>	<b>10.378</b>
<b>21 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
<b>a) Arrendamentos como arrendatário:</b> O Grupo atua como arrendatário em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). Desde o ano de 2019 o Grupo reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento. A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>
<b>Direito de uso</b>	<b>363.496</b>	<b>2.000</b>	<b>8.957</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>18.363</b>	-	-
Adições	(40.533)	-	-
Baixas (i)	5.072	93	220
Reavaliações	4.089	-	-
Desreconhecimento (ii)	(105.525)	(1.614)	(4.875)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>244.962</b>	<b>478</b>	<b>4.302</b>
(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II. (ii) Refere-se ao subarrendamento de parte da loja Mobly Vila Lobos para a Cobasi, foi a seguinte:			
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>449.120</b>	<b>2.735</b>	<b>8.064</b>
Adições	15.854	-	-
Baixas (i)	(61.100)	-	-
Reavaliações	4.757	93	220
Desreconhecimento	(97.039)	(1.080)	(3.450)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(46.129)	-	-
Apropriação de juros	34.600	31	44
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>300.063</b>	<b>1.779</b>	<b>4.878</b>
<b>Circulante</b>	<b>94.152</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>212.569</b>		
A movimentação do direito de uso, durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:			
<b>Direito de uso</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>106.769</b>	<b>2.780</b>	<b>13.249</b>
Combinação de negócios	284.714	-	-
Adições	7.585	240	7.825
Reavaliações	(20)	-	293
Desreconhecimento	(1.639)	-	-
Depreciação	(33.913)	(1.020)	(4.585)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>363.496</b>	<b>2.000</b>	<b>8.957</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Veículos</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>131.024</b>	<b>3.375</b>	<b>10.736</b>
Combinação de negócios	346.681	-	-
Adições	4.521	241	294
Pagamento passivo de arrendamento	(33.154)	(881)	(2.966)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(10.652)	(174)	(1.048)
Apropriação de juros	10.700	174	1.048
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>449.120</b>	<b>2.735</b>	<b>8.064</b>
<b>Circulante</b>	<b>105.600</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>354.319</b>		
(i) Baixas referem-se aos encerramentos antecipados dos contratos de Cajamar II e Extrema II. O Grupo chegou às suas taxas de desconto com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos ajustadas à realidade da companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.			
<b>Prazo dos contratos</b>		<b>Taxa % a.a.</b>	
Até 5 anos		De 5,1% a 19,6%	
De 6 a 7 anos		De 7,9% a 16,4%	
Acima de 7 anos		De 9,2% a 16,6%	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
<b>Fluxo de caixa</b>	<b>Nominal valor presente</b>	<b>Nominal valor presente</b>	<b>Ajustado a</b>
Contraprestações do arrendamento	401.168	335.118	536.925
PIS/Cofins potencial (9,25%) (i)	37.108	30.998	49.666
(i) Créditos de PIS e Cofins, relacionados às despesas de arrendamento (IFRS 16). Considerando as orientações de divulgação do Ofício Circular 02/20 da CVM, os fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2025 estão descritos na Nota Explicativa nº 28 c. (v) – risco de liquidez. <b>b) Arrendamentos como arrendador: (i) Arrendamento financeiro:</b> O Grupo possui, até 2025, subarrendamentos sobre parte do direito de uso de edifícios onde funciona uma de suas lojas físicas na capital paulista. O Grupo classificou este arrendamento como financeiro porque transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos (Nota Explicativa nº 8). O referido contrato foi encerrado em 2025 e, em razão de seu término, o Grupo não possui valores a receber ou direitos relacionados a esse arrendamento em períodos subsequentes.			
<b>Em milhares de reais</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
Menos de 1 ano	-	992	
1 a 2 anos	-	992	
2 a 3 anos	-	992	
3 anos ou mais	-	3.392	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>6.368</b>	
<b>22 Tributos a recolher</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
ICMS a recolher (i)	-	-	148.305
Cofins a recolher	-		

... continuação

**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobly S.A.)**

associada a esses instrumentos, quando aplicável, também está condicionada à capacidade financeira do Grupo, refletindo sua posição na estrutura de capital. Dessa forma, tais passivos apresentam perfil distinto de risco e liquidez quando comparados às dívidas financeiras tradicionais, sendo considerados instrumentos subordinados no contexto da estrutura de capital consolidada.

**24 Patrimônio líquido**  
**Composição societária:** Em 31 de dezembro de 2025 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	Quantidade de Ações (em unidades)	Participação %
Dsk Capital Gestora De Recursos E Consultoria Ltda.	41.998.702	19,37%
Spx Private Equity Gestão De Recursos Ltda.	24.909.105	11,49%
Buriti Investimentos Gestora De Recursos Ltda.	21.108.476	9,74%
Exa Capital Asset Ltda.	17.749.430	8,19%
Domus Capital Asset Ltda.	11.870.823	5,48%
Domus Aurea Serviços De Tecnologia Ltda.	7.563.417	3,49%
Administração	91.587.037	42,25%
<b>Total</b>	<b>216.786.990</b>	<b>100%</b>

**Capital social:** Foi homologado em 10 de dezembro de 2024 o aumento do capital social do Grupo através da emissão e integralização de 16.273.499 de ações ordinárias, com o preço por ação de R\$4,08, perfazendo o total de R\$66.396. Desta forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.278.429, dividido em 216.786.990 unidades de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (122.763.403 unidades de ações em 31 de dezembro de 2024). Do valor destinado ao aumento de capital, R\$ 153.357 foi destinado ao capital social e R\$ 25.269 foram destinados à reserva de capital. Referido aumento de capital decorreu, substancialmente, da capitalização de créditos anteriormente detidos por credores, incluindo a conversão de dívidas em instrumentos patrimoniais. Em 2025, a Companhia concluiu etapas adicionais dessa reestruturação, com destaque para a conversão de debêntures privadas em capital social. (Nota explicativa 16). **Prejuízo por ação:** O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuível aos acionistas da controladora e na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O prejuízo diluído por ação corresponde ao prejuízo básico por ação, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no exercício e, portanto, os instrumentos financeiros potencialmente conversíveis, incluindo planos de stock options e debêntures conversíveis, foram considerados antídilutivos e não foram incluídos no cálculo, conforme o CPC 41 – Resultado por Ação.

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do período	(94.089)	(149.179)
Média ponderada de ações durante o período (em milhares)	132.165	107.845
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo – em R\$	(0,7119)	(1,3833)

**25 Receita operacional líquida e custos dos produtos vendidos**

**a) Receita operacional líquida**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	1.927.127	1.037.627
Vendas de mercadorias e serviços	1.927.127	1.037.627
<b>Receita operacional, bruta</b>	<b>1.927.127</b>	<b>1.037.627</b>
<b>Impostos Incidentes</b>	<b>(356.879)</b>	<b>(156.160)</b>
Impostos	39.172	7.344
ICMS – Incentivo fiscal (i)	(71.218)	(60.747)
Devolucões e cancelamentos	(93.173)	(16.867)
Descontos	1.445.029	811.196
<b>Receita, líquida</b>	<b>1.445.029</b>	<b>811.196</b>

(i) Reconhecimento do benefício especial concedido pelo Estado de Minas Gerais. O Grupo é beneficiário de Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, que prevê a aplicação de crédito presumido de ICMS sobre as vendas não presenciais, sem a exigência de contrapartida em investimentos vinculados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Os incentivos fiscais são reconhecidos em conta redutora da rubrica de impostos sobre vendas de mercadoria e serviços – ICMS. A variação da receita está diretamente relacionada à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

**b) Custos dos produtos vendidos**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo das vendas	(678.316)	(428.240)
Realização da mais-valia de estoque	(18.051)	(6.889)
(Provisão) reversão s/margem negativa	10.695	(861)
Provisão cut-off	(651)	(722)
<b>Total</b>	<b>(686.323)</b>	<b>(436.712)</b>

A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024.

**26 Despesas comerciais, gerais e administrativas por natureza**

**a) Despesas comerciais**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(151.518)	(55.364)
Transportes (i)	(120.400)	(72.477)
Outras despesas comerciais	(22.626)	(14.823)
Locação de equipamentos	(3.826)	(2.838)
Segurança e serviços prediais	(19.220)	(9.144)
Propaganda e publicidade (ii)	(74.386)	(66.864)
Energia, água e gás	(21.057)	(6.948)
Uso e consumo	(5.504)	(1.792)
Aluguel, condomínio e IPTU	(21.902)	(23.484)
Tecnologia da Informação e Telecomunicações	(4.665)	(4.431)
Meios de pagamento	(27.888)	(13.228)
Perdas e Doações	(7.231)	(274)
Despesas judiciais (iii)	28.954	(1.165)
Depreciação e amortização	(149.705)	(53.915)
<b>Total</b>	<b>(600.974)</b>	<b>(326.747)</b>

(i) Em 2024 tivemos estorno de provisões em aberto relacionadas ao gasto com transportes. (ii) O aumento do valor refere-se principalmente a comissões de afiliados de marketplace. (iii) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências cíveis e tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 38.432.

**b) Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(9.338)	(9.023)	(89.613)	(61.935)
Aluguel, condomínio e IPTU	(147)	(4.375)	(4.375)	(4.647)
Tecnologia da Informação	(104)	(64)	(25.996)	(18.216)
Outras despesas	(1.294)	(2)	(4.966)	(3.232)
Serviços de terceiros	-	(1.198)	-	-
Telecomunicação	-	-	(135)	-
Uso e consumo	-	-	(2.051)	-
Despesas judiciais (i)	(1.189)	(219)	18.123	(2.608)
Depreciação e amortização	(2.180)	-	(55.760)	(19.691)
<b>Total</b>	<b>(14.252)</b>	<b>(10.506)</b>	<b>(164.773)</b>	<b>(114.632)</b>

(i) Em 2025 o Grupo reverteu provisões para contingências tributárias invertendo o sinal da linha da despesa. A redução foi de R\$ 18.162. A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 demonstrada acima está relacionada diretamente com a combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024, (saldos de 2024 não contém os números de 12 meses findos de 2024 do grupo Tok&Stok).

**27 Outras receitas e despesas operacionais**

**a) Outras despesas**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gastos extraordinários (i)	(7.078)	(24.327)	(16.193)	(40.296)
Despesas Judiciais (ii)	-	-	-	3.725
Despesas de due diligence	-	(992)	-	(1.112)
Multas sobre impostos	-	(17)	-	(2.144)
Cartão Mobly	-	-	-	(631)
Plano de opções e bônus de subscrição	(1.540)	(100)	(1.402)	125
Provisão para DIFAL e outros impostos (iii)	-	(12.808)	-	(22.542)
Outras despesas não recorrentes	-	-	(633)	-
<b>Total</b>	<b>(8.618)</b>	<b>(38.244)</b>	<b>(18.228)</b>	<b>(62.875)</b>

(i) Os gastos extraordinários referem-se a despesas diretamente relacionadas à aquisição da Tok&Stok. Esses valores abrangem custos com consultores financeiros e jurídicos, serviços de due diligence contábil, fiscal e legal, honorários de auditoria independente, bem como despesas com assessoria regulatória, estruturação e comunicação institucional vinculadas à concretização da transação. (ii) Refere-se a um estorno de provisão relacionado a TAC (Termo de ajustamento de conduta), onde o julgamento determinou o pagamento menor do que o saldo provisionado. (iii) O Grupo reverteu a provisão de DIFAL referente ao exercício de 2022 devido ao julgamento favorável aos contribuintes para as empresas que possuíam ações discutindo a legalidade do tributo na respectiva competência.

**b) Outras receitas**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Efeitos tributários não recorrentes (i)	-	-	32.972	12.853
Ganho líquido na venda de ativo mobilizado	-	-	38	387
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.010</b>	<b>13.240</b>

(i) A composição dos efeitos tributários não recorrentes refere-se, substancialmente, ao reconhecimento de créditos tributários pelo Grupo decorrentes de processos judiciais relacionados ao DIFAL (Diferencial de Alíquota de ICMS), no montante de R\$ 19.931, os quais transitaram em julgado e tiveram seus créditos apurados e habilitados no exercício de 2025. Adicionalmente, inclui o efeito da análise complementar dos valores habilitados pela Tok&Stok no âmbito da ação judicial que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R\$ 13.041.

**28 Resultado financeiro, líquido**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	(22.100)	-	(112.470)	(6.624)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(41.211)	(18.335)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(35.548)	(15.076)
Juros sobre antecipação de recebíveis	-	-	(48.378)	(4.930)
Juros sobre antecipação de recebíveis-Adquirentes	-	-	-	178
Ajuste a valor presente (i)	-	-	(11.469)	-
Ajuste a valor justo de ativos (Nota Explicativa no 11.1)	-	-	27.623	(19.470)
Variações monetárias passivas	(49)	(6)	(5.660)	(1.033)
Juros sobre parcelamento de impostos	-	-	(13.738)	-
Multas s/ impostos	-	-	(1.194)	(9.902)
Outras despesas financeiras	-	(38)	-	-
<b>Total</b>	<b>(22.149)</b>	<b>(44)</b>	<b>(242.045)</b>	<b>(75.192)</b>

**Receitas financeiras**  
Ajuste a valor presente (i)  
Variação monetária ativa  
Juros de aplicações financeiras  
Descontos financeiros obtidos (ii)  
Outras Receitas Financeiras  
Juros Ativos  
**Total**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	1.863
Variação monetária ativa	-	-	7.322	17.079
Juros de aplicações financeiras	-	715	1.720	9.493
Descontos financeiros obtidos (ii)	-	2	51.891	157
Outras Receitas Financeiras	-	-	-	359
Juros Ativos	22.792	-	17.412	112
<b>Total</b>	<b>22.792</b>	<b>717</b>	<b>78.345</b>	<b>29.063</b>
	<b>643</b>	<b>673</b>	<b>(163.700)</b>	<b>(46.130)</b>

(i) O Grupo reavaliou a norma contábil de ajuste a valor presente e entendeu que não há componentes de financiamento materiais que obriguem a contabilização de tal montante. Dessa forma o Grupo reverteu os saldos acumulados contabilizados refletidos nas notas explicativas de receita, custo e resultado financeiro líquido. No balanço estavam registrados ajustes nas notas de Contas a Receber, Contas a Pagar e Estoques. A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok). (ii) Refere-se ao ganho financeiro reconhecido pela Companhia em função da renegociação de obrigações junto à Domus, que envolveu a aquisição de debêntures com deságio e reestruturação das condições contratuais. A operação resultou na baixa parcial do passivo e no reconhecimento do ganho no resultado do exercício. Parte dos créditos também foi capitalizada em instrumentos patrimoniais. (Nota explicativa 16). A variação nos saldos comparativos com o período de 2024 estão relacionadas diretamente à combinação de negócios ocorrida ao final do ano de 2024 (saldos de 2024 não contém os efeitos dos números do grupo Tok&Stok).

**29 Imposto de renda e contribuição social**

**29.1. Reconciliação da alíquota efetiva**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(106.755)	(149.181)	(169.522)	(164.080)
IRPJ e CSLL – 34%	36.297	50.722	57.637	55.787
<b>Ajustes para reconciliação:</b>				
Equivalência patrimonial	(8.480)	-	-	-
Efeito fiscal – reversão de diferenças temporárias (mais valia)	(2.214)	-	-	-
Outros ajustes fiscais	(14.248)	-	-	-
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>11.355</b>	<b>50.722</b>	<b>57.637</b>	<b>55.787</b>
<b>Alíquota de Imposto Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, a Companhia apurou prejuízos contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tanto na controladora quanto no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, a Mobly possuía prejuízo fiscal acumulado e não contabilizado no montante de R\$ 629.143 (R\$ 561.695 em 31 de dezembro de 2024) e a Tok&Stok possuía R\$ 1.517.419 (R\$ 1.258.493 em 31 de dezembro de 2024) para compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

**30 Informação por segmento**

	31/12/2025			31/12/2024		
Consolidado	Receita bruta	Custos dos produtos vendidos	Lucro bruto	Receita bruta	Custos dos produtos vendidos	Lucro bruto
Consolidado	837.714	(213.825)	623.889	303.914	(118.658)	185.256
Revenda de mercadorias – website	213.360	(104.273)	109.087	218.712	(104.694)	114.018
Revenda de mercadorias – lojas	775.436	(352.751)	422.684	460.727	(179.564)	281.163
Receita de prestação de serviço	7.420	-	7.420	31.716	(12.711)	19.005
Revenda de mercadorias – outros	5.002	(8.433)	(3.431)	4.507	(886)	3.621
Provisão estoque obsoleto e outros	-	11.010	11.010	1.430	(13.400)	(11.970)
Baixa de mais valia de estoque	(80.436)	(18.051)	(18.051)	(53.649)	(6.799)	(6.799)
Retornos (i)	(313.466)	-	(313.466)	(156.160)	-	(156.160)
Impostos sobre vendas	(1.445.029)	(686.323)	758.706	811.197	(436.712)	374.485

(i) Os retornos são cancelamentos de vendas.

**31 Instrumentos financeiros**

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração do Grupo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo, foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequados. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes a serem realizados no mercado de troca corrente.

**a) Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros:** Todos os ativos e passivos do Grupo são mensurados ao custo amortizado e, em todos os casos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. As equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo com taxas pós-fixadas. As contas a receber de clientes são de curto prazo e já são ajustadas pela perda esperada. Os valores a pagar a fornecedores são devidos no curto prazo. **b) Política de gestão de riscos:** O Grupo possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **c) Administração financeira de risco:** As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos: **(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou insumos adquiridos:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos do Grupo. Para mitigar esses riscos, o Grupo monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se ao movimento de preço. **(ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis desses ativos representam a exposição máxima do crédito. Grande parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de vendas de Marketplace onde a contraparte é a companhia cujo website o consumidor usou para efetuar a compra. Dessa forma, as contrapartes são companhias de varejo de grande porte, para as quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis. Uma parte dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes e subadquirentes de grande porte, para os quais o Grupo nunca experienciou inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo significativo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis. O Grupo passou a operar cartões private label em parceria com a empresa administradora de meios de pagamento WayUp a partir de outubro de 2022. Essa solução de pagamento gera recebíveis que são analisados conforme curva de mercado e, a partir das análises, são provisionadas perdas para o saldo total de recebíveis. Essas perdas foram provisionadas com base na curva de vencimentos projetada pela administradora de pagamentos com base no histórico de mercado. O critério será revisado quando a Companhia tiver base histórica para analisar a metodologia. As provisões se encontram nos montantes apresentados como perda de crédito esperada (Nota Explicativa nº 6). O Grupo constituiu provisão especificamente para a sua carteira de contas a receber decorrentes das receitas geradas por vendas a pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. O Grupo faz uma análise individualizada de cada cliente, verificando a necessidade de provisionamento de acordo com o risco apresentado para cada caso.

**(iii) Contas a receber:** A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas receitas de vendas usando o cartão Mobly e vendas feitas para pessoas jurídicas por meio de boleto bancário. Os demais saldos de contas a receber são garantidos por grandes players do mercado, o Grupo fez uma avaliação de risco dessas empresas e não constitui nenhuma provisão para estes saldos. A administração não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. **(iv) Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individuais:** Como avaliado na nota de risco de crédito, o Grupo realiza uma avaliação de risco de crédito a nível do cliente e, com base nessa informação, avalia o risco de crédito para todos os seus clientes. Quando um risco material é identificado, é constituída uma provisão do valor a receber correspondente. **(v) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo mantém uma relação próxima com instituições financeiras para garantir linhas de crédito aprovadas. Além disso, o Grupo também pode negociar os termos com os fornecedores, e antecipar seus recebíveis de cartão de crédito, se necessário. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Exposição	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	109	63	30.718	23.036
Contas a receber	6	-	-	106.887	138.957
<b>Exposição total</b>	<b>109</b>	<b>63</b>	<b>137.885</b>	<b>161.993</b>	<b>161.993</b>

**(v) Fluxos de caixa contratuais**

	Controladora		Consolidado		
	Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Passivos financeiros não derivativo	14	15.022	3.004	10.515	1.502
Fornecedores	14	15.022	3.004	10.515	1.502

**(vi) Fluxos de caixa contratuais**

	Controladora		Consolidado		
	Valor total	Menos de 1 mês	1-3 meses	4-12 meses	Maior que 1 ano
Passivos financeiros não derivativos	14	183.439	52.013	105.419	26.007
Fornecedores	14	183.439	52.013	105.419	26.007
Risco sacado	14	39.895	38.339	39.895	-
Passivos de arrendamentos	21	306.720	7.172	21.898	65.080
Empréstimos e financiamentos	16	507.358	-	-	25.840
Dívidas com acionistas não controladores	23	78.041	78.041	-	-
<b>Total</b>	<b>1.112.453</b>	<b>1.112.453</b>	<b>59.185</b>	<b>167.213</b>	<b>116.927</b>

**(vii) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(viii) Risco de taxa de juros:** A exposição ao risco de taxa de juros é decorrente da exposição a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relacionado a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma mudança razoavelmente possível nas taxas de juros atuais sobre empréstimos. Com todas as variáveis mantidas constantes, o resultado do Grupo antes do imposto de renda é afetado pelo impacto na taxa de juros flutuante. Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, o Grupo considerou uma redução na taxa de juros do CDI para 12,25%, conforme boletim Focus de 31/12/2025, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 12 meses são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025			

... continuação

Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.)		Grupo realizou uma análise de sensibilidade, apresentando cenário de câmbio do boletim Focus de 31/12/2025	
Saldo em 31/12/2025	Controladora	Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Emprestimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 16)	944	507.358	695
<b>Total</b>	<b>944</b>	<b>507.358</b>	<b>695</b>
<b>Exposição Líquida</b>			
<b>Impacto no resultado financeiro</b>			
Cenário Base – 14,90 % a.a.	132	70.877	126
Cenário Provável – 12,25 % a.a.	110	58.913	695
			695

**(viii) Risco cambial:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de insumos. Os resultados do Grupo não estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os seus passivos em dólar norte-americano, uma vez que a administração entende que o risco cambial não é relevante. O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de uma exposição flutuem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao nível do consolidado ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se aos fornecedores estrangeiros em dólar no montante de R\$ 695 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 415 em 31 de dezembro de 2024). As operações de swap permitiram os riscos cambiais decorrentes de parte do financiamento à importação por derivativos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário, reduzindo a exposição do Grupo às oscilações cambiais. Os contratos habilitados possuem o vencimento de 180 dias. O

**Parecer ou Relatório Resumido, Se Houver,**  
O Comitê de Auditoria do Grupo Toky S.A. ("Companhia") é órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter permanente, sujeito ao disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno"), no Estatuto Social da Companhia e na legislação e regulamentação aplicáveis. Nos termos do artigo 10 do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que: (i) ao menos um deles deverá ser conselheiro independente da Companhia; e (ii) ao menos um deles deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, podendo o mesmo membro acumular as duas características previstas nos itens (i) e (ii) acima. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto de 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) membro independente do Conselho de Administração da Companhia (que atende aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e pela Comissão de Valores Mobiliários); e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso (v), do Regulamento do Novo Mercado. Dentre os membros eleitos para composição do Comitê de Auditoria, 1 (um) exerce a função de Coordenador. São membros do Comitê de Auditoria: Sr. Alvaro Taiar Júnior, Sr. Felipe Fonseca Pereira (membro independente do Conselho de Administração da Companhia) e Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior (membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria). O Comitê de Auditoria deliberou 08 (oito) vezes no exercício social

**do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)**  
encerrado em 31 de dezembro de 2025, visando ao atendimento das obrigações regulatórias, estatutárias e regimentais, conforme dados abaixo elencadas: • 29 de janeiro de 2025; • 10 de fevereiro de 2025; • 25 de agosto de 2025; • 31 de março de 2025; • 15 de setembro de 2025; • 07 de novembro de 2025; • 14 de novembro de 2025. Todas as deliberações foram registradas em atas e assinadas por seus membros. O Comitê de Auditoria reuniu-se no âmbito da atribuição de suas funções, sendo os principais assuntos discutidos aqueles relacionados a: (i) avaliação das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais a da Companhia; (ii) acompanhamento da evolução e da atualização do mapa de riscos da Companhia; (iii) acompanhamento das atividades da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) monitoramento de riscos e controles internos da Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades, analisaram, em reuniões realizadas em 19 e 31 de março de 2026, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes Grant Thornton emitido em 31 de março de 2026, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração da Companhia.

**José Ecio Pereira da Costa Junior** – Coordenador  
**Alvaro Taiar Júnior** – Membro  
**Felipe Fonseca Pereira** – Membro

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**  
Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as informações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**Victor Pereira Noda** – Diretor Presidente  
**Marcelo Rodrigues Marques** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
**Mário Carlos Fernandes Filho** – Diretor de Operações e Sistemas Logísticos

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**  
Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 31 de março de 2026, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**Victor Pereira Noda** – Diretor Presidente  
**Marcelo Rodrigues Marques** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
**Mário Carlos Fernandes Filho** – Diretor de Operações e Sistemas Logísticos

**Diretoria**  
**Victor Pereira Noda** – Diretor Presidente  
**Marcelo Rodrigues Marques** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Contador**  
**Cleberson dos Santos Alves** – CRC SP-349.301/0-1

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**  
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.)**  
São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Grupo Toky S.A. (anteriormente denominada Mobyly S.A.) (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que descreve os principais julgamentos e premissas consideradas pela administração na avaliação da continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota, a Companhia apresenta histórico recente de prejuízos e desafios relacionados à sua estrutura de capital e liquidez, tendo implementado um plano abrangente de reestruturação operacional e financeira, que inclui, dentre outras medidas, a captura de sinergias decorrentes da combinação de negócios com a Tok&Stok, a melhoria das condições de liquidez por meio de iniciativas de geração de caixa, bem como a reestruturação do endividamento financeiro da controlada Tok&Stok no âmbito de um Plano de Recuperação Extrajudicial homologado judicialmente. A avaliação da continuidade operacional realizada pela administração considera como premissa fundamental a implementação e o sucesso dessas medidas, incluindo a manutenção do acesso à mecanismos de antecipação de recebíveis, o êxito nas negociações de postergação do pagamentos de juros e da conversão de debêntures em capital, bem como a materialização das sinergias operacionais estimadas. Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa nº 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Avaliação da perda por redução ao valor recuperável de ativos – Nota Explicativa nºs 12 e 13. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava saldos de ativo imobilizado (consolidado) e ativo intangível (consolidado) no montante de R\$ 180.654 mil e R\$ 480.789 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards requerem que a Companhia realize, a cada encerramento de período, o teste de recuperabilidade econômica dos valores registrados como ativo intangível sem vida útil definida e/ou ativos com indicativos de perda de recuperabilidade econômica. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados, pela administração da Companhia, indicativos de perda de recuperabilidade econômica em virtude de, dentre outros aspectos: (i) prejuízos operacionais recorrentes; (ii) passivo circulante em excesso ao ativo circulante; e (iii) deterioração nas expectativas macroeconômicas, como aumento nas taxas de juros e pressão inflacionária no mercado no qual a Companhia opera (além de ambiente competitivo mais restritivo). Diante desses fatores, a Companhia realizou testes de recuperabilidade econômica sobre os ativos impactados. O teste de recuperabilidade econômica dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, realizado com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas, subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, dentre outras. Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tendo sido esse assunto considerado, novamente, uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente. **Como o assunto foi tratado em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado na

avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria Executiva, premissas e dados de mercado (como receita de vendas e taxas de juros e inflação), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade consideradas pela administração da Companhia; • Discussão, junto à administração, sobre o plano de negócios e premissas sensíveis; • Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revistas; • Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, ou seja, aquelas com efeito significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e • Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliação da perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Reconhecimento da receita de vendas de mercadorias e serviços – Notas Explicativas nºs 3.p, 25 e 30. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia reconheceu receita líquida consolidada no montante de R\$ 1.445.029 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas reconhecem receitas oriundas de diferentes canais de venda, incluindo websites próprios (webshop), lojas físicas, marketplaces e prestação de serviços. O reconhecimento da receita envolve volume expressivo de transações efetuadas por distintos canais de vendas, além de integração entre diferentes sistemas, que exige configuração parametrizada para a correta alocação das receitas entre os diferentes canais, além de envolver grande volume de transações diárias, tornando o risco de erro material elevado em função da complexidade do ambiente operacional e de tecnologia. Em virtude da diversidade dos canais de vendas, volumes relevantes das transações e a necessidade de julgamento, por parte da administração, em diversas estimativas como provisão para devoluções, descontos comerciais, estimativa para perdas e classificação de transações como principal ou agente, o reconhecimento da receita foi considerado novamente como uma área de risco e, dessa forma, um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente. **Como o assunto foi tratado em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção de entendimento dos processos e políticas contábeis relacionados ao ciclo de receitas da Companhia, com foco nos critérios utilizados para o reconhecimento da receita, inclusive por canal de venda; • Entendimento dos controles internos aplicáveis ao ciclo de receitas e aos sistemas envolvidos na captura, processamento e contabilização dos dados de vendas; • Execução de procedimentos analíticos de auditoria utilizando ferramenta automatizada de auditoria denominada Audit Data Analytics (ADA) para receitas de vendas de mercadorias; • Análise dos critérios de reconhecimento de receita com base nas obrigações de desempenho identificadas nos contratos com clientes, considerando os aspectos relacionados ao atendimento das obrigações de performance; • Revisão das estimativas registradas para devoluções de produtos, perdas e descontos comerciais através da avaliação da política contábil adotada, consistência com o histórico de transações e critérios de mensuração aplicados; • Execução de testes de corte ("cut-off") para verificar que as receitas foram reconhecidas no período contábil apropriado, com base nas datas de entrega e aceite pelos clientes (atendimento das obrigações de performance); • Realização de testes substantivos, em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas e reconhecidas; • Avaliação da consistência das divulgações nas notas explicativas em relação às normas contábeis aplicáveis. Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de controle das operações efetuadas via marketplaces de terceiros. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, consi-

derar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

**Grant Thornton**  
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP 025.583/0-1

**Régis Eduardo Baptista dos Santos**  
Contador  
CRC 1SP 255.954/0-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

